

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

MARIA APARECIDA DA SILVA

**O PERFIL DAS FAMÍLIAS ATENDIDAS PELO PROGRAMA
FAMÍLIA CIDADÃ NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ**

Teresa Kleba Lisboa
Chefe do Depto. de Serviço Social
CSE/UFSC

DEPTO. SERVIÇO SOCIAL
DEFENDIDO E APROVADO

EM: 05/07/2004

FLORIANÓPOLIS

2004

MARIA APARECIDA DA SILVA

**O PERFIL DAS FAMÍLIAS ATENDIDAS PELO PROGRAMA
FAMÍLIA CIDADÃ NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ**

**Trabalho de conclusão de Curso, apresentado
como requisito parcial para a obtenção do
título de Bacharel em Serviço Social,
Departamento de Serviço Social, Centro Sócio-
Econômico, Universidade Federal de Santa
Catarina.**

Orientadora: Márcia Regina Ferrari

FLORIANÓPOLIS

2004

MARIA APARECIDA DA SILVA

**O PERFIL DAS FAMÍLIAS ATENDIDAS PELO PROGRAMA FAMÍLIA CIDADÃ
NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ**

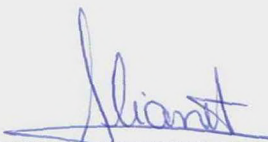
Este Trabalho de Conclusão de Curso foi submetido ao processo de avaliação pela Banca Examinadora para obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social e aprovada, atendendo às normas da legislação vigente na Universidade Federal de Santa Catarina, Curso de Graduação em Serviço Social.

BANCA EXAMINADORA



MÁRCIA REGINA FERRARI

Profª. Da Universidade Federal de Santa Catarina



ILIANE TURNES

Assistente Social

CRESS 1230/12º Região



CATARINA MARIA SCHMICKLER

Profª. Drª. Da Universidade Federal de Santa Catarina

FLORIANÓPOLIS (SC)

2004

Dedico este trabalho a todos que me incentivaram durante a jornada para à conclusão do curso de Serviço Social, amigos, colaboradores de meu estágio, minha família, em particular meu marido e filho, especialmente aos meus pais Manoel Felesbino da Silva (in memorian) e Eugênia Maria da Silva.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo amanhecer de todos os dias, por minha conquista guiada pelos Espíritos de Luz, permitido caminhar ao conhecimento, projetando força e esperança no futuro de minha profissão.

A minha querida mãe, por seu exemplo frente à adversidade da vida, de sua postura proba e reta. Faço a ti, querida mãe, de minha conquista a tua, arvorando tua trajetória de mulher, esposa, mãe e avô, do ser humano que és a irradiar na tua família.

Ao meu companheiro e meu filho, nas horas de compreensão para comigo, respeitando o espaço a ser conquistado.

A minha família, irmãs, em especial a Rita C. M. Elias e seu esposo Fernando M. Elias e Lúcia M. de Oliveira, na acolhida de seu lar, possibilitando-me à conclusão do ensino médio e nos dias atuais, o incentivo e a torcida para a conquista.

As minhas amigas Rúbia dos Santos e Luciana P. Silva, Assistentes Sociais, que me incentivaram a ingressar no Curso de Serviço Social, e por sempre terem acreditado em mim.

A minha Orientadora Márcia Regina Ferrari, de sua paciência despendida, das consultas, do conhecimento técnico revelado, do apoio e opiniões indulgentes, que nortearam o trabalho proposto por minha pesquisa.

Aos companheiros de jornada da Secretaria de Desenvolvimento Social de São José, dos momentos compartilhados em serviço, na troca de experiências e o convívio com os amigos, em particular, a Assistente Social Iliane Turnes e a psicóloga Eliana Caldato.

Um fraterno abraço a todos de minha turma acadêmica. Dos encontros e desencontros em sala de aula, levo comigo as boas lembranças, que já fazem parte de minha história de vida.

Muito Obrigado!

SILVA, Maria Aparecida da. **O PERFIL DAS FAMÍLIAS ATENDIDAS PELO PROGRAMA FAMÍLIA CIDADÃ NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ.** Trabalho de Conclusão de Curso - Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso tem como objetivo conhecer o perfil das famílias atendidas no Programa Família Cidadã no município de São José, para propor, políticas de atendimento que vão ao encontro da real necessidade das mesmas. A metodologia utilizada foi à pesquisa documental realizada nos levantamentos sócio-econômico dos dossiês pertencentes às famílias atendidas no Programa Orientação e Apoio Sócio-Familiar – Família Cidadã. Procurou-se enfatizar que tudo que se vive hoje é decorrente de uma construção histórica e social, e, para embasar esta reflexão, fez-se necessário o resgate histórico do surgimento das famílias, para desconstruir o pensamento pré-concebido do seu caráter divino e natural. Nesta perspectiva, foi realizado o resgate histórico da colonização do município, a implantação da Política de Assistência Social e a inserção do profissional de Serviço Social na Prefeitura. Com objetivo de verificar o que leva as famílias a necessitar de apoio sócio-familiar foi abordada a influência interna e externa que podem ocasionar estresse familiar. Todas as teorias utilizadas tiveram como objetivo, primordial, apontar a necessidade do profissional se despir de todas as formas de pré-conceitos, para trabalhar com dados quantitativos. Acreditando-se que é o olhar voltado para o macro, que vai entender o micro universo familiar. Este trabalho levou a conclusão que o Programa Família Cidadã atende as necessidades imediatas das famílias, mas não consegue promover a mudança sócio-econômica.

Palavras-chave: Serviço Social, família, perfil, ações metodológicas.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	09
CAPÍTULO 1 — RECONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DA FAMÍLIA NUCLEAR BURGUESA E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ATENDIMENTO DIRECIONADAS A FAMÍLIAS	11
1 FAMÍLIA: DOS PRIMÓRDIOS A FAMÍLIA BURGUESA	11
1.1 Da família antiga à família burguesa.....	11
2 CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA FAMÍLIA NO BRASIL	17
2.1 Família brasileira: da colonização ao ideário burguês.....	18
3 AS FAMÍLIAS FRENTE AO SISTEMA CAPITALISTA	23
3.1 Família e mudanças decorrentes do sistema.....	23
4 A FAMÍLIA NA CONTEMPORANEIDADE	30
4.1 Novas configurações de família.....	30
4.2 Família e os ciclos de organização.....	33
4.3 Serviço Social na intervenção com famílias.....	35
CAPÍTULO 2 — NORTEANDO A INVESTIGAÇÃO	41
2 CONHECENDO O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ	41
2.1 Resgate histórico sócio-econômico de São José.....	42
2.2 Resgate da Política de Assistência Social no Município e a inserção do Serviço Social na Prefeitura.....	44
2.3 Um marco na política de atendimento à criança e ao adolescente no município de São José.....	48
2.4 Programa Família Cidadã.....	52
2.5 Objetivo do levantamento sócio econômico.....	57
2.6 Contextualizando o levantamento.....	59

2.6.1 Limitações do levantamento.....	63
CAPÍTULO 3 — ANALISANDO OS DADOS.....	65
1 A ANÁLISE.....	65
1.1 Duração do acompanhamento.....	65
1.2 Perfil da criança e ou adolescente do programa.....	67
1.3 Parente de contato.....	71
1.4 Origem do encaminhamento.....	72
1.5 Motivo do atendimento.....	72
1.6 Auxílio já repassados.....	75
1.7 Bairro de moradia.....	76
1.8 Renda Familiar.....	77
1.9 Número de Pessoas que trabalham na residência.....	79
1.10 Dados referentes à mãe ou responsável.....	80
1.11 Dados referente ao pai ou responsável.....	82
1.12 Situação familiar: Arranjo de parentesco.....	83
1.13 Origem sócio ambiental da família.....	84
1.14 Número de cômodos no domicílio.....	85
1.15 Número de pessoas que co-habitam na residência.....	86
1.16 Condições de moradia.....	87
1.17 Estrutura física de moradia.....	87
1.18 Pessoas que co-habitam na residência.....	88
2 DEFININDO O PERFIL.....	90
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	95
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	99

APRESENTAÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso é fruto de dois momentos significativos na minha trajetória de formação profissional. Primeiro refere-se experiência vivida ao longo da realização do estágio não obrigatório, momento que possibilitou conhecer as famílias do Programa Família Cidadã, localizado no município de São José e, a dinâmica do trabalho profissional e, assim, conhecer seus anseios e frustrações. O segundo, aconteceu durante o estágio curricular obrigatório, em que na busca de revelar as necessidades das famílias frente ao que o programa oferece de concreto ao que seria o ideal, se vislumbrou verificar o perfil das famílias, com o objetivo de possibilitar ao profissional que desenvolva uma metodologia de atendimento que vá ao encontro a real necessidade destas, e propor aos seus superiores uma política de atendimento que atenda a demanda.

Buscou-se estruturar este trabalho de forma a permitir a compreensão da temática organizando-o em três capítulos, de forma sistemática.

O primeiro capítulo busca remontar o passado histórico das famílias, mas não teve a pretensão de esgotar o tema, por entender sua complexidade, este foi realizado com base em alguns autores, na tentativa de desconstruir o pensamento enraizado no nosso cotidiano que tem como referência um modelo “ideal” de família, que é o patriarcal burguês. Procurou-se demonstrar as mudanças sofridas pela família decorrente do sistema capitalista e da política econômica adotada, que as deixa frágeis e vulneráveis diante de dificuldades estruturais, levando-as a buscar apoio em programas assistenciais. Neste momento foi abordado que as famílias no seu interior passam por ciclos naturais que causam estresse, e estas quando não conseguem sozinhas atravessar esta etapa procuram apoio ou são encaminhadas para orientação, sendo esta uma demanda significativa no Programa de Orientação e Apoio. Neste contexto, procurou-se pontuar a política de atendimento direcionada a estas famílias e o papel

do profissional frente a esta demanda. Procura-se pontuar as dificuldades encontradas para realizar a pesquisa, acreditando ser um dado importante para analisar o contexto da política de atendimento no município.

O segundo capítulo demonstra uma análise conjuntural em aspectos econômicos, políticos e sociais do Município de São José, com objetivo de situar a pesquisa. Inicialmente foi realizado o resgate da história do município, por entender que para compreender os dias atuais se faz necessário o resgate do passado, pois o que se vive hoje é uma construção histórica e social. Nesta perspectiva ressaltou-se o processo de implantação da Política de Assistência Social no Município de São José e a inserção do Serviço Social na Prefeitura. Resgatando a criação do Centro Integrado de Atendimento a Criança ao Adolescente e à Família “Cidade da Criança” e a implantação do Programa Família Cidadã, que são frutos desta história.

A importância desta análise deve-se ao fato de que esta expressa a combinação de importantes elementos do passado, presente e futuro, que revelam sínteses históricas que contribuem para o entendimento do tema em questão.

O terceiro e último capítulo refere-se a pesquisa documental realizada nos levantamentos sócio-econômicos do Programa Família Cidadã, que tem como objetivo verificar o perfil e aprofundar o conhecimento da realidade vivida por estas famílias.

As considerações finais foram construídas sob uma perspectiva crítica, retomando as questões colocadas nos capítulos anteriores.

CAPÍTULO 1

RECONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DA FAMÍLIA NUCLEAR BURGUESA E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ATENDIMENTO DIRECIONADAS A FAMÍLIAS

1 FAMÍLIA: DOS PRIMÓRDIOS À FAMÍLIA BURGUESA

É fundamental para a compreensão da família, hoje, fazer um resgate ao longo da história, na tentativa de quebrar a idéia pré-concebida de seu caráter natural e divino.

Durante este estudo se pode perceber que as famílias, no decorrer da história, assumem diversas formas de organização e arranjos e que não há um padrão universal de família, embora a burguesia tenha pregado a família nuclear patriarcal como modelo a ser seguido.

Segundo Canevacci (1985, p.46), falar de um conceito de família, enquanto abstração indeterminada, significa apontar que, em todas as épocas, existiram características comuns a todas as diferentes formas históricas de família, este conceito não permite esquecer a essencialidade da diversidade.

1.1 Da família antiga à família burguesa

Podemos dizer que na história sempre aconteceram agrupamentos ou relações institucionais entre as pessoas e, nestes agrupamentos, os laços de sangue aproximavam os indivíduos, mas a consangüinidade não era a base do grupo, o primordial estava na luta comum pela sobrevivência. As famílias eram imensas nas quais a maternidade e a paternidade

eram exercidas coletivamente. O sexo era praticado em grupo e não havia a proibição do incesto¹.

Conforme Morgan (1970 apud CANEVACCI, 1985, p. 56-60), a família monogâmica² é resultado de uma evolução através de sucessíveis estágios de desenvolvimento que estavam diretamente ligadas à proibição do incesto. Ele aponta cinco estágios da formação da família, que são:

a) família consangüínea – para ele esta é a primeira etapa da família e esta se baseia no matrimônio recíproco entre irmãos e irmãs no interior do grupo. Os pais e filhos não viviam maritalmente, o que mostra a presença de regras para a vida sexual;

b) família punaluana – nesta etapa, aumentou a proibição do incesto, restringindo o casamento entre irmãos por parte de mãe, até a proibição por completo;

c) família Sindiásmica ou de casal - fundava-se entre casais individuais, mas sem obrigações de coabitação exclusiva. O casamento prosseguia enquanto ambas as partes o desejassem. Os filhos pertenciam ao gens da mãe, a herança era matriarcal. A mulher tinha um papel de destaque.

A teoria matriarcal se destaca entre as teorias evolucionistas que propunham a investigação da origem da família, ensaiando algumas respostas a muitas dúvidas que cercam esta época.

d) família patriarcal – Fundava-se sobre o casamento de um só homem com diversas mulheres, era geralmente acompanhado pelo isolamento das mulheres.

e) família monogâmica - há uma maior solidez dos laços conjugais, com a total proibição da infidelidade conjugal por parte da mulher, sendo que o homem podia ter várias mulheres.

¹ União sexual entre parentes consangüíneos, afins ou adotivos. (Dicionário Aurélio)

² Monogamia referente a mongâmico. Regra, costume ou prática socialmente regulamentada segundo a qual uma pessoa (homem ou mulher) não pode ter mais de um cônjuge. (Dicionário Aurélio)

Não se pode pensar que as famílias do passado longínquo eram estáticas, ao contrário, elas se modificaram junto com as mudanças sociais. Para conhecer de fato a mudança histórica da família, seria necessário conhecer cada modelo familiar em seus diferentes ambientes geográficos e históricos.

O esquema elaborado por Morgan serviu de inspiração para diversos pensadores que formularam teses com interpretações diversas para a proibição do incesto.

Engels reelaborou a tese de Morgan e a complementou com o desenvolvimento das forças produtivas. A descoberta da possibilidade de estabelecer a paternidade para transmitir com certeza os seus bens aos descendentes trouxe a desigualdade de gênero. A família sofre mudanças profundas e gradualmente nasceram modelos desiguais com fortes relações de poder entre os sexos. Para que o homem tivesse certeza da paternidade e, assim, pudesse transmitir seus bens aos seus descendentes, a mulher foi submetida a uma rigorosa disciplina sexual, devendo a mesma manter-se virgem até o casamento. Assim, foi estabelecida a monogamia na família, a qual na verdade só era cumprida pelas mulheres, pois os homens continuavam com a mesma liberdade sexual antes e depois do casamento.

A mulher passa a ser classificada como “uma coisa” destinada aos cuidados do lar, além de procriar filhos e ser considerada a principal serva do marido (CANEVACCI, 1985, p.76).

Conforme Morgan (1973 apud CANEVACCI, 1985, p. 71-87), a monogamia não foi de modo algum fruto do amor sexual individual, com o qual não tinha nada em comum, já que o casamento continuou a ser o que fora no passado, algo baseado simplesmente em uma convicção. Foi a primeira forma familiar não mais fundada sobre condições naturais, mas sociais sobre o triunfo da propriedade individual. A monogamia traz consigo a luta de classes e a opressão contra as mulheres. Engels juntamente com Marx escreveu que a primeira divisão do trabalho é a que tem lugar entre o homem e a mulher para a procriação dos filhos.

O surgimento da família monogâmica patriarcal³ pode ser estudada através das famílias aristocráticas⁴ e camponesas da Idade Média. Com base em Reis (1985, p.106-107), estas famílias não davam valor à privacidade doméstica. As unidades de habitação eram os castelos que abrigavam, além da família, parentes dependentes, criados e clientes. Os castelos eram antes de tudo um espaço público, não havia privacidade. A linhagem era determinante nas relações entre os membros e esta se dá pela hierarquização. O homem indivíduo não tem valor, o que importa é a linhagem a que ele pertence. A função primordial da família era de assegurar a transmissão da vida, dos bens e dos nomes, mas não havia envolvimento afetivo e não se tinha idéia de seu papel educativo.

A família camponesa apresentava traços comuns com a família aristocrática. A aldeia é que regulava a vida cotidiana através de costumes e tradições. A família não era um espaço privado ou privilegiado, os laços se estendiam fora dela. Havia pouca preocupação com os hábitos higiênicos, havendo um grande número de natalidade e mortalidade.

Para Ariés (1981, p. 225-231) que contribuiu com seus estudos iconografia⁵, nesta época as crianças geralmente eram amamentadas por amas de leite, os seus ensinamentos eram realizados por todos os membros da casa, com forte senso de normas sociais e geralmente eram enviadas para outras casas nobres para complementar sua educação. A transmissão de conhecimentos era realizada de uma geração para outra, através da vivência. Assim, as crianças se misturavam com os adultos e participavam de todas as atividades sociais, dentro e fora da casa. Os aristocratas praticavam muito o sexo entre si e a criadagem, as crianças eram aceitas nos jogos sexuais e estimuladas a participar.

³ Regime social em que o pai exerce autoridade preponderante(Dicionário Aurélio)

⁴ Referente a aristocracia. Sistema político em que o governo é exercido por pessoas da nobreza, por uns poucos privilegiado.(Dicionário Aurélio).

⁵ Conhecimento e descrição de imagens (gravuras, fotografias, etc.). (Dicionário Aurélio)

Conforme o mesmo autor, a partir do século XV começou uma transformação lenta e profunda nas famílias, sendo que um dos estimuladores foi a frequência das crianças na escola, como instrumento de iniciação social. Foi uma forma de isolar as crianças do “mundo sujo dos adultos e dos pais”. A criança passa a ter um lugar diferenciado dentro do ambiente familiar. Começa a haver uma preocupação na divisão da casa e, com a reforma dos costumes morais e religiosos, deixa um espaço maior para a intimidade e, lentamente, a família foi reduzida para pai, mãe e filhos. Surge a noção de inocência infantil, sua fragilidade e uma maior preocupação de cuidados a ela.

Os problemas familiares desta época estavam ligados à divisão do patrimônio, em que o filho mais velho ou o escolhido era o beneficiado da herança. Para que não houvesse disputas, os irmãos eram enclausurados contra a vontade.

No século XVIII, com fortalecimento do capitalismo⁶ e da burguesia⁷, as escolas são mais divulgadas. A família passou a manter a sociedade à distância, separando a vida privada da pública, rompendo com os padrões existentes. Há uma forte divisão de papéis sexuais e sociais, a mulher se isolou, e a educação dos filhos passou a ser uma das principais funções do casamento e da mulher. Ela seria responsável por qualquer desvio na educação dos filhos ou doenças, trazendo grande tensões a esta, que deveria ser uma “mãe perfeita”. O homem era o provedor do lar e autoridade dominante. A família burguesa trouxe novos padrões de higiene, com maior asseio da casa e preocupação com a amamentação. Definiu novos padrões para sexualidade, com total repressão ao sexo, envolvendo crianças e a negação do prazer sexual para mulheres.

⁶ Sistema econômico e social baseado na propriedade privada dos meios de produção, na organização da produção visando o lucro e empregando trabalho assalariado, e no funcionamento do sistema de preços. (Dicionário Aurélio).

⁷ Classe social que surge na Europa em fins da Idade Média, com o desenvolvimento econômico e o aparecimento das cidades, e que vai, gradativamente, infiltrando-se na aristocracia, e passa a dominar a vida política, social e econômica a partir da Revolução Francesa, firmando-se no correr do século. (Dicionário Aurélio).

A divisão da casa e a organização dos cômodos passaram a ser uma preocupação primordial para manter a vida privada e separar a criadagem da intimidade da família. “As mulheres burguesas passaram a ser consideradas seres angelicais, acima das necessidades animais do sexo” (REIS, 1985, p. 111).

No século XIII nasce o iluminismo com seu entusiasmo pela educação, senso de individualismo e competição, que contribui na transição hierárquica do antigo regime. A revolução industrial e política, ocorrida por volta de 1800, trouxe transformações que influenciaram nas relações entre os indivíduos, com enormes implicações no comportamento e valores morais. Estas marcaram o fim do sistema político que dava a nobreza sua função. Neste mesmo século, devido ao grande número de mortes, os médicos elaboraram para as famílias burguesas uma série de livros que ensinavam de como cuidar de seus filhos e de educá-los moralmente.

Segundo Donzelot (1986, p. 23), nos séculos subsequentes, a instauração do médico da família vem repercutir profundamente na vida familiar e induz sua reorganização em, pelo menos, três direções: fechamento da família contra as influências negativas do antigo meio educativo contra os métodos e os conceitos dos serviçais, e os efeitos da promiscuidade sociais; a aliança com a mãe, privilegiando-a e promovendo-a em sua utilidade educativa; utilização da família pelo médico contra as antigas estruturas de ensino, a disciplina religiosa e o hábito do internato. A aliança entre os médicos e as mães derrota a medicina popular e concede à mulher burguesa maiores funções maternas, dando-lhe um novo poder na esfera doméstica.

O lar burguês do século XIX passou a representar mais que uma característica pitoresca da nova era, passou a ser precondição para o desenvolvimento do capitalismo, formando indivíduos obedientes e autodisciplinados, que sonhavam com ascensão social.

Uma das marcas mais características desta época foi a preocupação da igualdade entre filhos, com referência à herança. Esta desigualdade passou a ser uma injustiça, e os códigos de lei vieram para normatizar a divisão de bens entre os familiares.

Com base em Ariés (1981, p.271),

A partir do século XIII, e até os nossos dias, o sentimento da família modificou-se muito pouco. Ele permaneceu o mesmo que observávamos nas burguesias rurais ou urbanas do século XVIII. Por outro lado, ela se estendeu cada vez mais a outras camadas sociais [...] a vida familiar foi absorvida a quase toda a sociedade, a tal ponto que se esqueceram de sua origem aristocrática e burguesa.

É nesta perspectiva que as famílias se padronizaram. A que estava fora deste modelo era vista como uma coisa menor, sem valor e selvagem, que precisava se enquadrar ao ideal. Foram estas características de família que migraram para o Brasil, com os colonizadores, como poderemos acompanhar a seguir.

2 CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA FAMÍLIA NO BRASIL

A seguir, descreve-se como se desencadeou o processo da estruturação da família no Brasil, partindo da colonização, apontando as influências trazidas pelo colonizador europeu através da cultura negra e dos indígenas que habitavam essas terras. Paralelamente, vai se verificar o que representou para as famílias a mudança do Brasil colônia para a república e o processo de higienização na busca do “modelo ideal”.

2.1 Família brasileira: da colonização ao ideário burguês

Falar da origem da família brasileira nos reporta inicialmente à família patriarcal, instituída na Europa neste período, exportada para a colônia. Este pensamento coloca um véu que ofusca a história e nega a cultura indígena, bem como as demais culturas vindas com os povos africanos, que tanto contribuíram para a cultura étnica. Conforme Neder (2000, p.26), “falar de família no Brasil é falar, no plural, tendo em vista a multiplicidade ético-cultural que embasa a composição demográfica brasileira”.

Apesar do entendimento desta diversidade, os pesquisadores pouco estudaram a influência destas culturas na estrutura da família colonial por considerarem pouco relevante.

O modelo de família patriarcal foi o mais estudado pelos historiadores, tendo Gilberto Freire(1975), como representante máximo destes estudos. Para ele, a família colonial patriarcal era a base do sistema econômico e político, fundamentado em padrões extremamente rígidos e hierárquicos, caracterizando-se pelo controle da sexualidade feminina. As uniões conjugais eram realizadas por conveniência entre parentes ou entre famílias com as quais se deseja estabelecer acordos. A família era extensa e envolvia parentes, afilhados, agregados, escravos, as concubinas⁸ e os filhos "bastardos"⁹. Caracterizava-se ainda por sua baixa mobilidade social e geográfica, grande número de filhos, forte presença de parentes no grupo. As mulheres costumavam ficar no interior da casa, enquanto o homem recepcionava os amigos e convidados. A mulher devia ser submissa ao marido, mas era ela quem acabava gerenciando a residência, mesmo sem uma autorização explícita ou pensada dele, cuidava do consumo e dos gastos materiais e estava sempre inteirada do que acontecia aos filhos, agregados, serviçais e escravos. Os filhos, no sistema colonial, eram subjugados ao poder paterno. O pai geralmente não dispensava carinho e atenção para com estes, pois estava

⁸ Mulher que vive com homem com quem não é legalmente casada. (Dicionário Aurélio).

⁹ Filho que nasceu fora do matrimônio. (Dicionário Aurélio).

preocupado em lutar pela propriedade e garantir a subsistência. O homem ocupava um lugar privilegiado no lar, totalmente livre das tarefas domésticas, dedicava-se às atividades econômicas fora do lar, pois estas garantiam sua superioridade no grupo conjugal e na sociedade.

Apesar da importância dos estudos elaborados por Freyre, esta sua visão endógena é criticada por diversos autores, Entre eles podemos citar Corrêa (1994, p. 17) que faz a seguinte crítica:

Esta maneira de olhar achata todas as possibilidades imaginadas e tentadas, reduzindo-as a um núcleo homogêneo que não teria feito mais do que se expandir e progredir através do tempo e do espaço, vindo afinal a ocupar o lugar que desde sempre lhe esteve reservado. Escamoteando as alternativas, tornando-as invisíveis, este olhar alinha-se do lado do modelo dominante, ignorando que foi através de uma luta suja, de infinitos e pequenos conflitos e manipulações, e da violência, que este modelo, afinal se impôs.

Complementando Corrêa (1994, p.27), enfatiza que “a família patriarcal pode ter existido e seu papel ter sido extremamente importante, apenas não existiu sozinha, nem comandou do alto da varanda da casa grande o processo total de formação da sociedade brasileira”.

A organização familiar da classe dominante, sem êxito, tentou aniquilar os seus opostos, obscurecendo as diferenças ou desvalorizando os demais modelos familiares. Esta classe morava em casas que eram construídas com seus espaços voltados para o interior. “A casa brasileira era um misto de unidade de produção e consumo” (COSTA, 1989, p. 83). Havia muita gente no interior das casas. Uma família costumava constituir-se de aproximadamente 15 membros, que somados aos agregados, escravos, parentes idosos ou distantes, alguns hóspedes e serviçais, reunindo algumas vezes cerca de 50 ou mais pessoas. Este era um fator facilitador da dispersão da intimidade na família e que determinava a falta

de organização. “A negligência do conforto doméstico revelava o desprestígio, quando não a completa ausência do sentimento de intimidade ou privacidade familiar” (COSTA, 1989, p.87). Além da falta de conforto, o convívio com as pessoas estranhas à família, que por ventura alojavam-se nas casas, fazia com que a intimidade dos cônjuges ou dos pais com os filhos fosse posta de lado.

Em contrapartida, Neder (2000, p.30-40) aponta que a vida familiar dos escravos era vista com preconceito, a cultura negra era considerada selvagem, já que os escravos não eram reconhecidos em sua condição humana e, sim, pré-humana. A escravidão era vista como uma missão de salvação. Pregava-se que a família escrava, que morava em senzalas, viviam na promiscuidade sexual, como bestas, como animais. Porém, estudos demonstram que os negros, trazidos para a colônia, tinham culturas diferentes, idiomas, tradições e religiões, destacando que, entre eles, tinham representantes do islamismo, cristianismo e judaísmo, sendo que alguns eram letrados e seguiam os preceitos religiosos, o que demonstra a pluralidade cultural. A autora destaca que o autoritarismo e a violência são responsáveis pela separação entre casais escravos, pais e filhos e outros parentes e amigos, provocando perda de vínculo e crise de identidade marcantes e irreversíveis para estas famílias.

[...] as famílias das classes populares no Brasil são consideradas biologicamente inferiores, as culturas africanas são tratadas como “primitivas”, formando a opinião corrente que enfatiza a promiscuidade sexual e a irregularidade da estrutura familiar nas classes populares (NEDER, 2000, p.40).

A associação da cultura negra e das classes populares como uma “coisa menor” foi introduzida no imaginário social, levando resquícios até a atualidade.

Em meados do século XIX, com os constantes ataques ao regime de escravidão, alguns fazendeiros optaram por utilizar a mão-de-obra livre, e como no Brasil não havia

trabalhadores suficientes foi preciso recorrer à imigração¹⁰, dando-se preferência à contratação de trabalhadores em unidades familiares, priorizando famílias numerosas, pois produziam mais. Os fazendeiros pensavam ser mais difícil um imigrante com sua família abandonar a fazenda, por acreditarem na solidariedade familiar, do que imigrante solteiro.

Com a Proclamação da República e com a abolição do trabalho escravo, acelerou-se de forma decisiva a difusão da ideologia do progresso e da modernização, entendidas como um modelo a ser seguido para a aproximação das nações capitalistas mais avançadas da Europa e da América. Buscando romper com o passado colonial e escravocrata, que identificavam o Império, as elites políticas republicanas sonhavam com a industrialização e com a urbanização.

Segundo Costa (1989, p.12), com a exigência de novos padrões de conduta, as famílias foram submetidas a uma tutela da medicina social, através de sua política higiênica, reduzindo a família a um estado de dependência. Com o pretexto de salvar os indivíduos do caos em que se encontravam, os médicos se inseriram na intimidade das vidas familiares. A higienização consistia na domesticarção das famílias e pregava a reorganização desta em benefício da maternidade e educação dos filhos.

Assim, os médicos foram influenciando transformações na estrutura familiar, principalmente na elite, o que culminou no total abandono das antigas formas de agir, tanto em casa como na rua. Começa a ser construído o modelo burguês de família, com intuito de modelar as pessoas ao novo sistema econômico que estava sendo instaurado. O capitalismo traz consigo a iminente urbanização, o desenvolvimento tecnológico, mas também profundas desigualdades sociais. Este sistema necessitava criar instituições que dessem sustentação, e a família foi um de seus primeiros alvos.

¹⁰ Imigração ato de imigrar. Entrar (num país estranho) para nele viver. (Dicionário Aurélio)

As concepções, com relação à construção, decoração e limpeza da casa, e o relacionamento familiar mudaram com as “normas higiênicas”. A casa deveria ser arejada e bem iluminada, assim, a intimidade da família, ou a falta dela foi modificada. Os membros passaram a destinar mais tempo e atenção uns aos outros, principalmente ao comportamento dos filhos; o número de pessoas diminuiu, ficando somente os parentes mais próximos (pais e filhos), usufruindo o espaço antes destinado a hóspedes, escravos e parentes distantes.

Ao mesmo tempo em que a intimidade entre os membros das famílias começava a aumentar, crescia também o contato que a família tinha com a sociedade. O comportamento familiar não está mais voltado somente para o interior das casas, mas, ao contrário, expõe-se com mais veemência ao exterior. A família ideal era aquela em que os filhos eram muito bem educados nos padrões higienistas, a mulher passou a ser responsável pela organização e limpeza da casa e junto com o marido, pela educação dos filhos, e o homem, o chefe da casa, constituindo, segundo moldes impostos, uma sociedade higiênica. Nesta estrutura, o médico representava fundamental importância, orientando a família sobre que tipo de comportamento assumir.

Um fator determinante no processo histórico da construção do “Brasil Nação” é a influência das instituições religiosas. É inconcebível dissociar família e religião, já que esta, até os dias atuais, exerce forte influência na vida e no comportamento das pessoas. As normas de condutas morais, as quais todo o “bom cidadão” deveria seguir, eram ditadas pelos chefes religiosos, tudo passava pelo seu crivo. A religião a ser seguida era a Católica Apostólica Romana trazida pelos colonizadores, as demais religiões eram recriminadas. A igreja era uma das maiores e mais fortes instituições brasileiras e esta era mantida pelas famílias que:

Tanto no plano social como individual tudo o que toca a vida orgânica da família conta com apoio e é controlado pela religião[...] sacralizando as principais manifestações da vida familiar[...] e condenando a interrupção da gravidez, o divórcio e o exercício da sexualidade livre, etc. Toda infração às normas é sancionada. (PRADO, 1985, p.67-68).

Desta forma, passou a se constituir a família higiênica e disciplinada do regime republicano em substituição a família colonial extensa. Este modelo de família que é, na verdade, a nuclear burguesa passou a ser incorporado pelas famílias abastadas, devendo ser seguido por todas as classes sociais.

3 AS FAMÍLIAS FRENTE AO SISTEMA CAPITALISTA

Considerando que as reflexões expostas anteriormente tiveram como objetivo primordial a desconstrução da família como algo natural, neste segundo momento, procura-se demonstrar as influências sofridas pelas famílias diante do sistema capitalista, das transformações do mundo do trabalho e da globalização.

3.1 Família e mudanças decorrentes do sistema

As mudanças da família medieval para a família moderna se limitavam às classes abastadas, entretanto, a partir do século XVIII, essas mudanças passaram abranger todas as camadas sociais (ARIÉS, 1981, p.273). A história da família, ao longo dos séculos, demonstra que ela é uma estrutura dinâmica, e sua organização é influenciada pelo meio social, como também o influencia. Um dos fatores que veio alterar a dinâmica familiar foi a Revolução Industrial que, paulatinamente, trouxe mudanças profundas no seu interior. O século XIX foi o marco do capitalismo industrial, principalmente, na Europa Ocidental, e este alterou tudo que estava a sua volta, ritmo de vida, relações sociais e de trabalho. Na segunda metade do século XIX, houve uma crescente oferta de trabalho, devido à expansão industrial, trazendo o êxodo rural e o inchaço das cidades urbanas. A classe trabalhadora passa a viver de forma

subumana, aumentando muito a morte de adultos e crianças devido à crescente pobreza, consequência da exploração da mão-de-obra trabalhadora. O sistema capitalista traz consigo acentuada desigualdade social devido à concentração de renda nas mãos de poucos.

Estas transformações afetaram diretamente a família da classe trabalhadora que cumpriam jornadas de trabalho nas fábricas, que variavam de 14 a 17 horas. As crianças não eram poupadas e, aproximadamente, com 10 anos já ingressavam no trabalho fabril. Nesta fase, a vida da família proletária¹¹ foi caracterizada por formas comunitárias de dependência e apoio mútuo, pois a mulher saía do interior do lar para trabalhar na fábrica. Como não havia creches, as crianças, muitas vezes, eram criadas por parentes, vizinhos ou mesmo soltas pelas ruas.

Com o índice crescente de doenças e mortes entre a classe operária, preocupados com a manutenção do capital, a burguesia passou a ficar aflita com a condição de vida destes e através da filantropia “ajudavam” estas famílias. Em contrapartida, os trabalhadores conquistaram direitos e, assim, houve uma melhoria nas condições de vida dos operários. Esta melhoria aproximou a organização destas famílias com as do padrão burguês. A mulher passou a ficar mais tempo em casa com os filhos. “Os homens se estabeleceram na fábrica e no bar como pólos de gravitação de sua vida social, enquanto as mulheres passaram a desenvolver uma rede social feminina, que integrava mães, filhos e outros parentes” (REIS, 1981, p. 110).

No século XX, com a mudança da família operária para o subúrbio, a mulher afasta-se das redes femininas, ficando isolada no lar. A educação e o futuro dos filhos passou a ser prioridade na família. O homem passou a valorizar a domesticidade e a privacidade.

Em seu leito, a família proletária quase não se distinguia mais da família burguesa, absorvendo sua essência, mas uma parcela de mulheres continuou a exercer atividades

¹¹ Camada social formada de indivíduos que se caracterizam por sua qualidade permanente de trabalhadores assalariados. (Dicionário Aurélio).

remuneradas para complementar a renda familiar e, mesmo quando a mulher consegue prover o sustento da casa, há uma tendência do homem a continuar no papel de “chefe de família”. Este “papel” está enraizado no modelo ideal em que “a autoridade masculina de marido e de pai concentrava-se na figura do chefe de família, tal como esse era qualificado no plano das representações e, até recentemente, no plano jurídico” (ROMANELLI, 2000, p. 81).

A inserção da mulher no mercado de trabalho durante a Revolução Industrial trouxe novas possibilidades que não foram abandonadas no decorrer dos anos. Uma parte destas mulheres já não, aceitavam mais a condição de submissão e deflagram uma luta lenta e continua por direitos iguais. No decorrer dos anos, associada às dificuldades econômicas que exigiam cada vez mais um número maior de membros da família na composição do orçamento doméstico, a mulher vai se inserindo no mercado de trabalho, nas universidades e se qualificando, assim, conquista novos espaços. O movimento feminista, associado aos demais movimentos sociais, vislumbrou novos caminhos, que ainda estão sendo trilhados, mas trouxe profundas mudanças no cotidiano doméstico.

O processo de modernização e o movimento feminista provocam mudanças no modelo patriarcal, que passa a ser questionado e alterado. O casamento passa a acontecer por escolha de parceiros, com base no amor, vislumbrando novas formulações para os papéis de homens e mulheres no casamento, trazendo também a possibilidade da dissolução desse casamento. Com a invenção de métodos contraceptivos (anticoncepcionais) eficientes, a mulher passa controlar a natalidade, reformulando seu lugar na esfera privada e sua participação na esfera pública.

Reis (1985, p.113) destaca que, apesar destas novas perspectivas, apresenta-se na sociedade, com algumas alterações, o modelo de família nuclear burguesa e dos preceitos patriarcais. A estrutura familiar que associa amor e autoridade ainda prevalece, com rígida divisão de papéis sexuais e a repressão à sexualidade. Este modelo, na contemporaneidade,

traz para mulher um acúmulo de tarefas que, além da dupla jornada de trabalho, continua sendo responsável pela educação dos filhos. Esta relação traz constantes conflitos domésticos, já que continua intrínseco no homem o seu o papel de chefe de família, apesar de ambos contribuírem, economicamente, para a manutenção da casa. A autora destaca pontos marcantes na dinâmica familiar que é a presença da televisão, na maioria dos lares, provocando um rompimento das distâncias culturais, oferecendo riscos da padronização dos valores e costumes, e o aumento da expectativa de vida média da população, trazendo maior convivência entre as gerações e conflitos geracionais.

Enfatiza-se que o processo de modernização das famílias não ocorre de forma linear, pois um modelo familiar não supera o outro.

Um outro fator que é marcante, a partir da Revolução Industrial, é a aglomeração das grandes cidades. Com o decorrer dos anos, os ricos passaram a fugir da cidade, pois a consideravam perigosa, saem então em busca de ares mais puros e uma vizinhança mais decente, começam a procurar pela periferia ainda pouco povoada. Com essa atitude, a segregação social tem início, passando haver uma divisão entre bairros ricos e burgueses e bairros pobres e populares. Ocorre, assim, a segregação de funções, bairros de trabalho e bairros residenciais.

Embasado em Ariés (1981, p.278-279), essa atitude de segregação social que teve seu início na metade do século XX permanece até os dias de hoje, sendo um dos fatores importantes para a visível separação entre ricos e pobres, arraigando cada vez mais as rivalidades entre pessoas, influenciando em seus estilos de vida e no modo da convivência familiar e social. Passamos a conviver em meio a essas muralhas abstratas e, ao mesmo tempo, tão concretas, que separam seres humanos, usando como critério de seleção, não o que são e, sim, os que têm mais, fomentando uma guerra de valores materiais que geram as diferenças sociais e modificam as estruturas familiares e econômicas.

Em termos de Brasil, a migração para as cidades grandes impeliu à família o seu modelo nuclear atual resumindo a pai, mãe e filhos, com forte divisão de papéis. Os pequenos espaços urbanos e a distância dos parentes fizeram com que, cada vez mais, as pessoas se isolassem, necessitando aumentar a carga horária de trabalho para que pudessem arcar com as despesas exigidas pelo novo modelo ideal de vida.

Szymanski (2002, p.14) aponta que uma família oriunda do meio rural tem padrões de conduta diferentes. As relações intrafamiliares são vividas de forma muito diferente de famílias dos grandes centros urbanos que vivem sob o individualismo e a competitividade da vida social. Quando uma família passa pelo processo de migração, ela tem que enfrentar um mundo hostil que exige dela novas habilidades. Os seus membros buscam uma adequação entre os valores herdados e os recebidos. Há modos culturais e valores históricos que impõem determinadas práticas e as pessoas adaptam-se mais, ou menos, a elas.

A mesma autora (2002, p.17) enfatiza que, ao pensar em família hoje, deve-se considerar as mudanças que ocorrem em nossa sociedade, como estão se construindo as novas relações humanas e de que forma as pessoas estão cuidando de sua vida familiar.

Ao longo do século XX, ocorrem inúmeras transformações no âmbito econômico e político que influenciaram diretamente no cotidiano social e, conseqüentemente, no interior das famílias. Um dos fatores que levam as altas taxas de desemprego é decorrente da flexibilização¹² do trabalho e a globalização¹³ que traz transformações das forças produtivas, das relações de produção e dos sistemas, advindos da passagem da sociedade capitalista industrial para o processo de acumulação do capital, sob a égide do capitalismo financeiro que contabiliza altas taxas de desemprego, desigualdade na distribuição de renda e exclusão social. Esta nova ordem mundial é marcada pelo sistema político econômico

¹² Afrouxamento ou eliminação de leis ou normas, que afetam as relações econômicas. (Dicionário Aurélio).

¹³ Processo típico da segunda metade do séc. XX que conduz a crescente integração das economias e das sociedades dos vários países, esp. no que toca à produção de mercadorias e serviços, aos mercados financeiros, e à difusão de informações. (Dicionário Aurélio).

neoliberal que aumenta a desigualdade social e reduz o papel do Estado na regulamentação de políticas públicas. Com as disparidades econômicas, uma parte dos excluídos passam a viver em cortiços, favelas e construções paupérrimas, sem acesso aos bens e serviços, vivendo de forma periférica, no que se refere aos seus direitos como cidadão. Enquanto isso, um número reduzido de famílias ricas vive trancafiadas em luxuosos condomínios.

Para Alayón (1995), a crença daqueles que pensam que sempre existirão pobres parece responder a duas concepções: a determinadas configurações ideológicas e políticas e à aceitação resignada das próprias vítimas desse fenômeno velho e moderno. Tradicionalmente, para identificar os males sociais, prevaleceu o princípio da causalidade individual, que atribuiu responsabilidade pessoal àqueles que sofriam os problemas sociais, desligando-se, intencionalmente, a relação existente entre o funcionamento global da sociedade. Nesta mesma ótica, assumia-se a desigualdade social como uma espécie de fato natural.

Os estilos societários e as características que os definem são produtos da decisão dos homens, isto é, constituem uma construção histórico-social. Não adianta só combater o efeito se não reconhecermos as causas.

As famílias sofrem claramente as conseqüências das desigualdades, levando-as a situações de migração, desemprego e ausência de serviços, principalmente as que possuem um número menor de membros. As famílias, cujo número de pessoas é pequeno, são normalmente as mais vulneráveis a estas situações, devido à fragilidade dos vínculos estabelecidos entre os membros. Desta forma, a auto-sustentação das famílias torna-se cada vez mais difícil. O grupo familiar, apesar de não se constituir mais numa unidade econômica, está intimamente ligado a mudanças na estrutura econômica do país. O Brasil tem levado as famílias já em situação de pobreza à extrema miséria, em sua maioria assalariada tiveram enorme defasagem salarial ou foram empurrados para os subempregos ou desemprego.

Há um determinismo cultural em considerar as famílias de classe popular incompetentes e incapazes por estarem fora de um padrão preestabelecido. Alguns autores, com objetivo de romper com esta visão do senso comum, abordam o tema, descrevendo algumas destas distorções, como veremos a seguir.

Destacam-se alguns autores que criticam os pré-conceitos direcionados as famílias de classe popular, nesta perspectiva, Szymanski (2000), enfatiza que, para uma parte da sociedade, as famílias que se afastam do modelo nuclear burguês são denominadas como “desestruturadas” ou “incompletas” e suas dificuldades emocionais são consideradas como decorrência destes novos arranjos familiares. Este pensamento é centrado na estrutura da família e não na qualidade das inter-relações. A autora, Neder (2000), coloca que na égide da classe dominante se tem associado pobreza a família irregular. Mello, (2000) contribui com as críticas falando que as famílias de classes populares são declaradas incompetentes, e que seus membros adultos são desqualificados culturalmente e são responsáveis por uma geração de “personalidades deformadas”, capazes de cometer as mais bárbaras atrocidades. "As famílias das classes populares estão no banco dos réus e fornecem explicações simplistas para a explosão contínua de violência que tem marcado a vida social brasileira. A patologia social está radicada na pobreza" (MELLO, 2000).

Mello (2000) destaca quando se vai abordar o tema família, tem que se levar em conta os estigmas que a ela são determinados. Aponta que, para falar de família, deve-se abandonar o conceito de família universal e situá-la geograficamente, historicamente e socialmente, sendo que os instrumentos de análise devem partir de pesquisa, caso contrário, é senso comum.

Cabe lembrar que não se trata de famílias desestruturadas, pois toda família tem sua determinada estrutura, seja ela qual for e por qual movimento de reestruturação e organização que esteja passando.

Até o momento, o trabalho está calcado na perspectiva de romper preconceitos. Sabe-se que o tema não foi esgotado e não houve pretensão de fazê-lo, por entender sua complexidade, mas é na procura de romper preconceitos que o trabalho, também, está calcado.

4 A FAMÍLIA NA CONTEMPORANEIDADE

No decorrer da história, as famílias vêm assumindo diferentes formas e estruturas. Os processos de transformações que vêm sofrendo estas famílias decorrentes de ordem cultural, econômica, emancipação da mulher e do processo de modernização que vêm acarretando maior número de separação, divórcio, novos casamentos, formando diferentes arranjos familiares, reformulando significados, conceitos e até práticas familiares e implicando ainda em mudanças de papéis.

A seguir, serão apontadas as mudanças ocorridas nas famílias advindas da modernidade, as políticas de atendimento direcionadas a estas e os ciclos que perpassam as famílias decorrentes de um processo natural.

4.1 Novas configurações de família

Com base, em Miotto (1997), para falarmos de família hoje, temos que inicialmente falar de famílias no plural, objetivando abordar todas as suas diversidades de arranjos familiares que, segundo Kaslow (2001 apud SZYMANSKY, 2002,p.10), existem nove tipos de composição familiar:

- 1) família nuclear, incluindo duas gerações , com filhos biológicos;
- 2) famílias extensas, incluindo três ou quatro gerações;

- 3) famílias adotivas temporárias (Foster);
- 4) famílias adotivas, que podem ser bi-raciais ou multiculturais;
- 5) casais;
- 6) famílias monoparentais, chefiadas por pai ou mãe;
- 7) casais homossexuais, com ou sem crianças;
- 8) famílias reconstituídas depois do divórcio;
- 9) várias pessoas vivendo juntas, sem laços legais, mas com forte compromisso mútuo.

Outro ponto que se deve enfatizar ao falar de família hoje é:

[...] abandonar o pressuposto dos modelos familiares, os discursos do “dever ser” e tomá-la e pensá-la como um lugar privilegiado de presença da vida[...] Até o momento ainda não se descobriu outra forma mais eficiente de se ensinar gente a ser gente (MIOTO, 1997).

Conforme a autora, as famílias estão inseridas em uma estrutura social e são marcadas pela especificidade histórica e cultural e condicionadas pelas diferenças sociais. “A capacidade de cuidado e proteção dos grupos familiares depende diretamente da qualidade de vida que eles têm no contexto social nos quais estão inseridos” (MIOTO, 1997). Em síntese, as políticas econômicas não garantem às famílias de camadas populares condições mínimas (renda, emprego, segurança, serviços públicos de qualidade) para que estas possam manter seus entes. Esta situação é fonte de estresse familiar. Um outro fator estressante é que na família os sujeitos individuais têm metas e projetos singulares que nem sempre vão ao encontro de projetos familiares, implicando atitudes bruscas, no contexto familiar. “A família hoje pode ser vista como uma caixa de ressonância dos problemas e desafios deste final de século que envolvem problemas de ordem ética, econômica, política e social” (MIOTO, 1997).

As mudanças enfrentadas pela família atual são decorrentes do processo de modernização que gerou um novo padrão demográfico da realidade brasileira. De acordo com a análise da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio – PNAD, relativa às últimas décadas, realizadas por Goldani (1993 apud MIOTO, 1997), a família dos anos 90 tem uma configuração marcada pelas seguintes características :

- Número reduzido de filhos (em média 2,5 filhos, em contraposição à dos anos 60, cuja média era de 6,3 filhos). Este dado indica a queda acentuada da taxa de fecundidade das mulheres brasileiras.
- Concentração da vida reprodutiva das mulheres nas idades mais jovens (até 30 anos). Isto explica que as mulheres passam menos tempo de vida em função da reprodução e tem mais tempo para se dedicar a outras atividades, como o trabalho, relação conjugal.
- Aumento da concepção em idade precoce (gravidez entre adolescentes).
- Predomínio das famílias nucleares (pai, mãe, filhos), embora se registre queda desse tipo de organização familiar.
- Aumento significativo das famílias monoparentais, com predominância das mulheres como chefes da família.
- Aumento da co-habitação e da união consensual. Este aspecto tem, como consequência, o ato de a co-habitação não ser mais considerada como sinal de pobreza. E, paralelamente ao aumento das uniões consensuais, houve um avanço da união legal (aumento do número de casamentos civis) em contraposição à união religiosa (queda do número de casamentos religiosos).
- Aumento das famílias recompostas, consequência do aumento das separações e dos divórcios nos últimos anos.

Referente a este último item, pode-se acrescentar que nas famílias reconstituídas os cônjuges podem ou não trazer filhos de antigas uniões, e ter ou não filhos nesta nova relação.

Estas uniões agregam as famílias das relações anteriores e tornam-se famílias numerosas, mas não mais de um único casal. Os filhos destes casais, trazidos das relações anteriores, que não são irmãos, passam a se considerar como se o fossem meio-irmãos. A família passa a conviver com um número ampliado de avós, tios, cunhados, concunhados, primos etc. Outra transformação recente, em nossa cultura, foi o aumento significativo das famílias constituídas apenas por uma pessoa, denominada família unipessoal. As relações ganham uma enorme variedade de nuances nunca antes imaginadas. E, com estas, vêm também muitas dificuldades no manejo das diferenças de culturas familiares, de idéias, de preconceitos e visões de mundo.

Na busca de um conceito de família que fosse ao encontro do objetivo deste trabalho, elegeu-se o formulado por Mioto (1997), por considerar que este apresenta um conceito que norteia todas as formas de família.

A família pode ser definida como um núcleo de pessoas que convivem em determinado lugar, por um lapso de tempo mais ou menos longo e que se acham unidas (ou não) por laços consangüíneos. Ele tem como tarefa primordial o cuidado e a proteção de seus membros e se encontra dialeticamente articulado com a estrutura social na qual está inserida.

4.2 Família e os ciclos de organização

Como já foi descrito, não se pode falar em família antes de pensar nos atores que fazem parte do contexto, não se pode olhá-los como peças soltas, deve-se pensar na realidade em que estão inseridos, como se organizam, quais estratégias utilizam para sobreviver e, principalmente, que cada qual é um sujeito que possui uma história que está dentro de uma realidade socio-econômica, micro e macro, que deverá ser respeitada. Além do estresse que a família passa decorrente da política econômica, também estão sujeitas a passar por fases ou ciclos internos que fazem parte da dinâmica familiar. Os ciclos normais da vida são classificados, por alguns autores, como crise ou uma passagem. A família quando não

consegue sozinha atravessar de uma etapa para outra, pode gerar uma crise intrafamiliar, e, neste momento procura ou é encaminhada para apoio psico-social.

Carter e Mecgoldrick (1995) falam das famílias como um sistema que se move através dos tempos. Estas passam por ciclos na medida que seus membros passam por estágios, movendo-se no ciclo da vida. Defendem que a influência da família não está restrita aos membros de uma determinada estrutura doméstica ou um dado ramo familiar. Colocam que elas são subsistemas emocionais, reagindo aos relacionamentos passados, presentes e antecipando o futuro. As famílias passam por estresses que comumente ocorrem nos momentos de transição do ciclo de vida e que, freqüentemente, criam rompimentos neste ciclo e produzem sintomas e disfunção. Ressaltam que as mudanças no ciclo familiar aumentaram drasticamente principalmente por causa do índice de natalidade menor, da expectativa de vida mais longa, da mudança do papel feminino e do crescente índice de divórcios e re-casamento. O significado da família está mudando, uma vez que ela não está mais organizada primariamente em torno da atividade de criação dos filhos. A mudança do papel feminino foi o que mais propiciou as mudanças do ciclo da vida. Com estas mudanças, ficou difícil definir o ciclo da vida “normal”, do nascimento à morte. Não se pode pensar nas crises familiares como traumas permanentes como: separação, mãe solteira, casais estáveis etc. Hoje, estas são crises transicionais já que as famílias mudaram, em diferentes partes do mundo. As mudanças tanto são decorrentes de fatores históricos, econômicos e culturais que a influenciam como pelo próprio ciclo familiar que é dialético com a estrutura social. Para estes autores, os ciclos podem ser definidos como: início do casamento, chegada do primeiro filho, crescimento dos filhos (entrada na escola), família com adolescentes, desprendimento e separação dos filhos, um novo casal (ninho vazio).

Há outras variações, no ciclo de vida familiar, que os autores destacam como: divórcio e recasamento, e estas passam por fases de transição que poderão ser ou não traumáticas.

Conforme Minuchin (1999), as famílias passam por períodos de transição, e este é um processo, geralmente, doloroso marcado por insegurança e tensão. Algumas transições são marcadas pelo ciclo normal da vida: casamento, nascimento, entrada dos filhos na escola, adolescência e autonomia dos filhos. Outras são decorrentes da vida moderna: divórcio, recasamento, doenças inesperadas, desemprego repentino. Destacam que todas as famílias têm desacordo e devem negociar as diferenças e desenvolver maneiras de lidar com os conflitos, mas, às vezes, neste processo, as famílias se fragmentam por não encontrarem saída para as dificuldades postas. As famílias também passam por crises múltiplas ao ponto delas não conseguirem escrever a sua própria história, então, procuram ou são encaminhadas para redes de apoio. Com base em Mioto (1997).

A família pode se constituir no de correr de sua vida, ou em alguns momentos dela, tanto num espaço de felicidade como num espaço de infelicidade. Tanto num espaço de desenvolvimento para si e para seus membros, como num espaço de limitações e sofrimento.

É neste contexto que vamos, a seguir, abordar a atuação do profissional de Serviço Social em situação que envolve famílias.

4.3 Serviço Social na intervenção com famílias

O profissional tem que entender seu papel frente ao Estado, a população e suas necessidades, nunca esquecendo seu verdadeiro objetivo de questionar o por quê, o como e o para quê da profissão e de cada ação. É também a orientação ideológica-política que determinará esta ação. Deve lembrar que a natureza das dificuldades cotidianas dos menos favorecidos está relacionada à ausência de uma política global de soluções integrais e por falta de Políticas Públicas direcionadas à família e que esta acaba sendo atendida por programas distintos de áreas como: saúde, educação, habitação e pelos segmentos que compõem a área

da criança, adolescente, mulher e idoso. Nesta perspectiva, a família não é vista como uma totalidade e sequer é considerada a multiplicidade existente em seus arranjos familiares. Os programas, projetos e serviços são voltados às famílias que não corresponderam no cumprimento de suas funções e papéis culpabilizando-as pelas suas “falhas”, atendendo seguimentos distintos.

Conforme Mioto (1997),

Dessa organização institucional deriva um modelo assistencial cuja a preocupação central é a resolução dos problemas de seu usuário. Este modelo, embora cada vez mais sofisticado em termos de recursos disponíveis para a intervenção (tanto técnica como profissional), tem uma leitura limitada das demandas que lhes são colocadas[...] tais processos são periféricos (mais ou menos dependendo da instituição e dos profissionais) aos processos de análise de intervenção do “caso individual”. A leitura que se faz de família nesta situação é de auxiliar o “diagnóstico” e o “tratamento” do indivíduo. Por isso ela tende a ser parcial e focalizada.

As Políticas Sociais e o Serviço Social devem sempre estar com as ações voltadas à sustentabilidade das famílias, para que elas possam de fato se constituir em espaços de cuidado e proteção.

As famílias brasileiras, especialmente das camadas populares, estão sendo pressionadas pela política econômica do governo. Em vez de tal política assegurar condições mínimas (renda, emprego, segurança, serviços públicos de qualidade) dessas famílias, vem desencadeando situações como: migrações, desemprego, ausência de serviços públicos, que são as fontes geradoras de estresse familiar que comprometem a capacidade de cuidado e proteção entre os integrantes da família que implica na qualidade de vida e no ambiente social nos quais estão inseridas. Por esse motivo, a política social não vem alterando o quadro de pobreza e exclusão de grande parte das famílias brasileiras, ao contrário, observa-se a ampliação das taxas de desigualdade social, ao mesmo tempo em que a concentração de renda torna-se atroz (CARVALHO, 2000).

Existem, ainda, no Brasil, resquícios de uma política social elitista, assistencialista, setorializada e fragmentada. Conforme retrata Mioto (1997),

[...] As políticas sociais não incluem a idéia de família como uma totalidade; ao contrário, são implementadas em função de indivíduos. Elas não incluem nenhuma previsão dos impactos que terão sobre as famílias e nas suas avaliações também não são considerados indicadores de análise sobre os efeitos que as políticas têm na vida familiar

Objetivando acesso da população às Políticas Sociais, com a Constituição Federal de 1988, pregou-se um novo pacto nacional de descentralização e de responsabilidade em âmbito municipal, estadual e federal, frente às Políticas de Assistência Social e de atenção a família. Neste contexto, surgiu a necessidade de se criar um conjunto de medidas que visassem a concretizar a “Proteção Social”, pautada no direito.

As ações realizadas, através dos programas de atendimento da instituição, estão regulamentadas na Constituição Federal:

Art. – 203 – A Assistência social será prestada a quem dela necessitar, independente da contribuição à seguridade social, e tem por objetivo:

- I – a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- II – O amparo às crianças e adolescentes carentes

Art. 226 - § 8º - O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações.

Art. 227 - É dever da família, da sociedade em geral e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Lei Federal n.º 8.069 de 1990 – Estatuto da Criança e Adolescente - ECA, preconiza a proteção integral à criança e ao adolescente através dos seus 267 artigos;

Destacamos:

Art. 4º - É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Art. 23 – A falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou suspensão do pátrio poder¹⁴.

Art. 87 – São linhas de ação da política de atendimento:

I - Políticas sociais básicas;

II - Políticas e programas de assistência social, em caráter supletivo, para aqueles que delas necessitem.

Art. 90 – As entidades de atendimento são responsáveis pela manutenção das próprias unidades, assim como pelo planejamento e execução de programas de proteção e sócio-educativo destinados à criança e aos adolescentes, em regime de:

I – orientação e apoio sócio-familiar; (grifo nosso)

II – apoio sócio educativo em meio aberto;

III– colocação familiar; abrigo;

IV - liberdade assistida;

V – semiliberdade;

VI – internação.

Lei Federal n.º 8.742 de 1993 - Lei Orgânica de Assistência – LOAS, dispõe sobre a organização da Assistência Social como direito do cidadão e dever do Estado:

¹⁴ Com o Código Civil de 2003, a disposição do instituto passou a ser denominado “poder familiar”.

Art. 1º - A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade para garantir o atendimento às necessidades básicas.

Art. 2º - A assistência social tem por objetivos:

I – a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II – O amparo às crianças e aos adolescentes carentes;

Lei 9394 - Lei de Diretrizes e Base da Educação – LDB - dispõe em seu artigo 2º que a educação é dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Os serviços e ações assistências devem favorecer o fortalecimento dos laços familiares, oportunizar a criação de espaços de socialização e construção de identidades e permitir, ainda, que o grupo familiar se perceba como ente participativo e sujeito de direito, facilitando seu acesso aos bens e a serviços produzidos pela comunidade.

Embora nem todos os Programas tenham a família como objeto imediato da sua atuação, eles, em maior ou menor grau, têm na família uma estratégia fundamental para a realização de seus objetivos.

Entretanto, implementar essa complexa proposta é um grande desafio a ser enfrentado pelos gestores destes programas. Até porque, embora a centralidade na família seja hoje uma intenção de todos os programas assistenciais, não há acúmulo suficiente de conhecimentos por parte das organizações governamentais ou não-governamentais, para garantir pleno êxito das ações, o que depende, igualmente, da melhoria das condições sócio-econômicas gerais do país.

Essa política social de resultados magros e ineficazes nem sempre reflete a ausência de recursos financeiros, mas principalmente um gasto público pervertido em prol de interesses oligárquicos, tutelares, corporativos e centralistas (CARVALHO, 2000, p. 95).

Na prática, algumas destas leis não são efetivadas. Na realidade, o que ocorre, no âmbito das Políticas Públicas, é o alocamento das verbas para uso em outros fins, não sendo priorizada a Assistência Social, que sofre cada vez mais com o descaso dos governantes. Muitas situações poderiam ser revertidas, o que não acontece por falta de vontade política, e os programas e projetos voltados à população de baixa renda ficam sem qualidade alguma no atendimento. Agrava-se o quadro social posto e não percebemos avanço significativo nas Políticas Públicas.

As políticas sociais no Brasil se constituíram historicamente como políticas setorializadas, fragmentadas e focalistas, formuladas quase sempre nos luxuosos gabinetes governamentais, muito longe da realidade social a qual deveria atender.

Neste sentido, percebe-se que, ao invés de minimizarem as desigualdades sociais, tais políticas têm servido para a reprodução, quando não ao aumento da pobreza e miserabilidade.

Levando em conta a fragmentação de como a família é tratada, é necessário a articulação e integração das políticas sociais, bem como dos profissionais que nela atuam, de modo a facilitar e melhorar as condições de vida das famílias, tendo em vista que a definição das políticas e as prioridades de investimento, bem como o desenvolvimento das ações necessárias para o alcance de resultados efetivos, deve resultar de uma ação conjunta entre governo e sociedade.

A família, longe de ser vista como um somatório de indivíduos ou objeto de fiscalização, controle e subordinação por parte do Estado, deve ser vista como um sujeito coletivo de direitos, alvo reconhecido e privilegiado de atenção da Política Social brasileira.

CAPÍTULO 2

NORTEANDO A INVESTIGAÇÃO

Este capítulo objetiva situar a investigação das famílias atendidas no Programa Família Cidadã do Município de São José, geograficamente e apontar historicamente como se organizam as políticas de atendimento no município de São José, o que motivou a fazer um levantamento quantitativo no programa de Orientação e Apoio Sócio-familiar.

2 CONHECENDO O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ

A colonização de “São José da Terra Firme” ocorreu em 1750, sendo que seu reconhecimento como cidade se deu em 1856. A comemoração de aniversário do município é festejada em 19 de março, dia de “São José”, acreditando-se que foi o marco da chegada dos primeiros colonizadores açorianos.

São José está localizado na região da Grande Florianópolis, contando atualmente com uma área geográfica de 116Km² e com a maior densidade demográfica do Estado de Santa Catarina, 1.317 hab/km² (IBGE 1998).

Segundo dados do Instituto Brasileira de Geografia e Estatística - IBGE (Censo de 2000), a população residente é de 173.559 habitantes, a maioria concentrada em área urbana, o total de mulheres ultrapassa o número de homens em 4.377, enquanto o contingente de crianças e adolescentes (de 0 a 19 anos) atinge a cifra de 63.963.

O município de São José é um importante representante de um grande pólo sócio-econômico regional em que coexistem pessoas com diferentes poder aquisitivo, apresentando

bairros de habitação de alta classe, de classe média e concentrações de habitações populares conhecidas por "favelas".

2.1 Resgate histórico sócio-econômico de São José

Conforme Farias (1999), a colonização do município se deu pelo homem branco de origem europeia no século XVII, apesar dos índios já ocuparem estas terras que foram aos poucos sendo eliminados ou afastados.

A introdução dos colonizadores açorianos ocorreu entre os anos de 1748-1756. No final do ano de 1750, já havia 338 habitantes que se fixaram na Freguesia de São José da Terra Firme. Estes ocuparam o município em torno da praça matriz ao longo do litoral, para o norte e sul da sede da freguesia e, ao longo dos anos, foram ocupando as terras férteis do vale do rio Maruim. No ano de 1796, a população açoriana já havia passado para 2.091 habitantes e continuou crescendo através de casamentos entre pessoas de outras comunidades, descendentes ou não de açorianos.

A imigração dos alemães se deu no ano de 1829, quando 146 famílias, somando 523 pessoas, fixaram-se no caminho em direção ao planalto que pertencia ao município. Em 1854, consta que já havia no município 1.509 habitantes de origem alemã. Devido às dificuldades associadas às terras pouco férteis e o declive natural, muitas destas famílias procuraram novas terras tanto na direção ao sul ao norte, e desceram para o litoral, estabelecendo-se na região central da freguesia denominada hoje como Praia Comprida.

Os negros e mulatos vieram para o município na condição de escravos, originando-se de diversas regiões da África, com culturas e línguas diferentes entre eles. Em 1866, havia no distrito sede 6140 brancos, 534 pardos, 1010 negros, apontando uma porcentagem de 13,1% de negros. Estas etnias foram fundamentais na construção étnico e cultural do

município de São José. No entanto, outros imigrantes de origens diversas influenciaram e influenciam a vida sociocultural e político-administrativo no município. Destacam-se os italianos, espanhóis, árabes e franceses, que, dentre outros, marcaram sua presença em São José ao longo de sua história.

A partir de 1960, o município sofreu um aumento significativo de migrantes, que vinham de regiões da Grande Florianópolis, em busca de emprego e novas oportunidades na Capital. Grande parte desta população se fixou em São José, em áreas pouco valorizadas do ponto de vista imobiliário, tanto por terem pequeno poder aquisitivo como por desejar adquirir propriedades de maior extensão. Após 1980, vieram os serranos, tanto da região de Lages como do oeste e meio oeste catarinense. Provinham da crise do campo e buscavam oportunidade emprego e de morar em uma região de grande beleza, conforme propaganda que chegava até eles. Simultaneamente vieram gaúchos, paranaenses e nordestinos.

O aumento da população foi espantoso, já que, em 1960, eram 31.192 habitantes, em 1980, passou para 87.817, passando em 2000 para 173. 559 habitantes, sendo que a maior concentração fica na área urbana. Desta população, 60% tem raízes fora do território josefense.

O município cresceu mais de 300% nas últimas três décadas, sendo que este inchaço populacional trouxe, por um lado, progresso para a cidade e, por outro, multiplicou os problemas, principalmente, no que concerne à ocupação desordenada e à falta de saneamento básico.

O crescimento desordenado e sem planejamento é o principal problema encontrado em São José. A ocupação de encostas, áreas de mangues e loteamentos clandestinos também são apontados como resultado da chegada de milhares de pessoas à cidade nas últimas décadas.

Houve não só um crescimento populacional como também um significativo aumento do número de indústrias instaladas no município, sendo que, no ano de 2000, as indústrias empregavam 60.000 pessoas. No ano de 2001, foram registradas 12.760 novas empresas, aumentando a oferta de emprego. São José tem hoje o 8º maior parque industrial do Estado, e quanto à arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadoria - ICMS é o 5º entre os municípios.

O desenvolvimento do município, nos últimos vinte anos, foi bastante significativo, bem como seu desenvolvimento sócio-demográfico e econômico, atraindo pessoas de todas as regiões do estado.

Nas pesquisas realizadas pelo IBGE, em 2000, foram identificadas aproximadamente 1.900 famílias, no município, que utilizam água de poço ou nascente e outras, que não são abastecidas pela rede geral. Aproximadamente, 300 famílias não possuem banheiro ou sanitário nas residências, e, em torno de 1.100 domicílios não têm seu lixo coletado, dando outro destino ao mesmo. São índices importantes que não podem ser desconsiderados. Em 1998, foram cadastrados 5.000 domicílios em “áreas de favelas”.

2.2 Resgate da Política de Assistência Social no Município e do Serviço Social na Prefeitura

Conforme Bittencourt (1992), o primeiro órgão municipal com atribuições específicas a Assistência Social foi implantada pela Lei n.º 1053 de 24/05/1977. A referida lei cria a Secretaria da Educação, Saúde e Assistência Social. Esta secretaria tem como meta a execução da política municipal da educação, cultura, esporte e turismo, bem como a execução da política municipal de saúde, higiene, habitação e promoção social.

Em 1979, com a Lei n.º 1238 de 03/09/79, é criado o departamento de Saúde Pública e Assistência Social. Este departamento não conseguiu se firmar em termos de trabalho, já que não dispunha de verba própria. O trabalho desenvolvido era em torno de promoção, como campanhas de agasalho, gincanas, bingos, rifas, para angariar fundos. Além dessa função, a secretaria tinha como tarefa a promoção de festas de natal, páscoa, aniversário, principalmente, para crianças nas escolas e organizava festas para os funcionários, repassando cestas básicas para estes. Ressalta-se que não havia Assistente Social no quadro de funcionários da Prefeitura Municipal.

O atendimento à saúde era precário. Não existiam postos de saúde. Apenas um médico realizava atendimentos esporádicos nas escolas.

Na década de 80, há um grande aumento populacional e as questões sociais eclodem, e, conseqüentemente, o aumento da procura de atendimento assistencial. Esta dificuldade levou a necessidade de montar uma equipe de atendimento, sendo um marco na política de assistência.

Com resposta a esta necessidade, criou-se o Serviço Municipal de Assistência Social – SAM. Órgão com personalidade jurídica e patrimônio próprio, com autonomia administrativa e financeira, integrante da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de São José.

O SAM foi criado pela Lei n.º 1420 de 03/12/1981, regulamentado pelo Decreto n.º 264/8. O foro e sede do órgão se deu em Barreiros, e tinha a seu encargo a execução do programa de assistência, através de um trabalho de organização, planejamento e execução do atendimento à saúde pública e à Assistência Social. A estrutura administrativa era composta por: direção geral, direção administrativa, direção técnica e assessoria jurídica e técnica, estes eram nomeados pelo poder executivo. O referido órgão tinha orçamento próprio, mas não atendia as necessidades projetadas.

Na administração do Serviço Municipal de Assistência Social - SAM, sempre houve a inclusão do profissional de Serviço Social no Departamento de Assistência Social, que, dependendo da época, teve maior ou menor autonomia.

Em 1983, com objetivo de proporcionar um trabalho mais efetivo, iniciou-se o trabalho com grupos de mães, que proporcionou um retorno muito positivo. Houve, também, a implantação e estruturação das creches criadas pelo SAM, com apoio e trabalho efetivo do Assistente Social. Foram criados trabalhos em torno de palestras de prevenção, principalmente, na área da saúde.

O SAM não conseguiu ser o ideal em termos de organização de um trabalho na área da saúde e da Assistência Social, mas foi uma tentativa que chegou perto. A secretaria foi extinta em 1985.

Neste mesmo ano, foi criada, através da Lei Municipal n.º 1599/85, de 17/04/85, a Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social de São José. Com a criação desta secretaria, houve a ruptura com os trabalhos iniciados no SAM. Esta situação reverteu em perdas para a estruturação do Serviço Social que ficou sem a profissional da área, somente, em abril de 1990, atendendo a pressões externas, foi contratada a primeira Assistente Social.

A proposta do Serviço Social foi de criar um trabalho extensivo às comunidades ao nível de prevenção de saúde, a partir da formação de uma equipe multidisciplinar, visando a um trabalho efetivo e integrado nesta área. Este trabalho não obteve êxito, por falta de apoio.

Em 1994, o prefeito, em exercício sofreu um *impeachment* por improbidade administrativa, levando a perda do cargo em junho do referido ano.

O vice-prefeito assumiu o cargo, alterando todo o secretariado. Com esta mudança foi contratada uma Assistente Social, indicada pelo executivo. Esta nova gestão, com necessidade de se adequar às normas vigentes, conforme determina a Constituição Federal de 1988, que prega um novo pacto nacional de descentralização e de responsabilidades em âmbito

municipal, estadual e federal, frente às Políticas de Assistência Social e de atendimento à Criança e do Adolescente, procurou efetivar o que estava apenas no papel.

Atendendo o artigo 203 e 204, da Constituição Federal, em 7 de dezembro de 1993, foi sancionada, através da Lei n.º 8.742/93, a Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS. Com esta norma legal, nasce uma nova concepção de proteção social que engloba Seguridade Social, garantindo ao cidadão acesso a Políticas Sociais, pautadas no direito e não mais na benevolência. A Seguridade Social é um sistema planejado de segurança contra riscos, circunstâncias, perdas e danos sociais cujas ocorrências afetam negativamente as condições de vida dos cidadãos. Objetivando acesso da população a estas Políticas Sociais, houve necessidade, em esfera federal, estadual e municipal, à adequação para nova visão de Política Pública de Assistência Social. Frente a esse contexto, procurou-se criar um conjunto de medidas que visassem a concretizar a Proteção Social, pautada no direito.

Paulatinamente, para ajustar-se a essa nova realidade, o município passou a executar ações para prestar a política de Assistência Social. Em 14 de março de 1995, com a Lei Municipal n.º 2749, foi desmembrada a Saúde da Assistência, criando a Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Social e que, em janeiro de 1997, foi desvinculada, ficando denominada apenas como Secretaria do Desenvolvimento Social.

A Assistência Social visa a atender a necessidade das pessoas que se encontram desprotegidas socialmente, em condições vulneráveis de vida e que passam por momentos de crise conjunturais e estruturais.

A partir de 1997, novos profissionais foram contratados, sendo que as dificuldades continuaram com outras roupagens.

2.3 Um marco na política de atendimento à criança e ao adolescente no Município de São José.

Com objetivo de se adequar a nova realidade social, em 1991, foi aprovada a Lei Municipal n.º 2.262 que dispõe sobre a Política de Atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente, sendo este o marco inicial do atendimento à criança e ao adolescente, de São José. Através da Lei n.º 2.611 e, em cumprimento ao artigo 132 do Estatuto da Criança e do Adolescente, porém somente, em 1994, foi instituído o Conselho Tutelar no município. O Conselho Tutelar é um “órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos das crianças e dos adolescentes” (Art. 131 do Estatuto da Criança e do Adolescente).

Visando a garantir o atendimento às crianças e ou adolescentes do município, que se encontravam com seus direitos fundamentais violados, por ação ou omissão da família, da sociedade e do Poder Público, em setembro de 1997, a Prefeitura Municipal de São José assume a responsabilidade, junto à Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social, de desenvolver políticas públicas ligadas à área da criança e do adolescente, objetivando o seu crescimento intelectual e social e o resgate da sua cidadania. Em conformidade com a Lei n.º 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente – em 1997, foi implantado no município o Projeto Criança SIM (Sistema Integrado Municipal) que tinha como objetivo “atender as crianças e adolescentes em situação de risco social e pessoal e suas famílias, acompanhando e desenvolvendo ações voltadas para garantia de cidadania, proteção e promoção, visando ao desenvolvimento intelectual e social”¹⁵.

¹⁵ Conforme o Projeto Político Social do Centro Integrado de Atendimento à Criança e ao Adolescente e à Família, “Cidade da Criança”

O atendimento era realizado por uma equipe multidisciplinar composta por Assistentes Sociais, psicólogas e pedagogas. Contava com quatro programas: Programa Família Substituta; Programa Abrigo; Programa Auxílio Alimento; Programa de Orientação e Apoio sócio-familiar, sendo que o último foi criado, principalmente, para atender o Artigo 90 do referido Estatuto¹⁶. Em síntese, o projeto supracitado englobava em seus atendimentos crianças e adolescentes vítimas de maus tratos, com prática de trabalho infantil, negligenciada por ação ou omissão da família, do Estado e/ou da sociedade.

Entre os anos de 1997 e 2001 passaram, pelo Projeto Criança SIM, diversos profissionais de várias áreas, porém o número destes nunca foi o suficiente para atender a demanda que já apontava para 623 famílias em atendimento. Semanalmente, novas situações chegavam ao Projeto de famílias, que necessitavam de acompanhamento sistemático. Considerando que os órgãos de encaminhamento – Juizado da Infância e Juventude, Conselho Tutelar, Plantão do Serviço Social da Secretaria do Desenvolvimento Social -, tinham que avaliar alguns critérios preestabelecidos, para a condução das famílias ao projeto, ficava difícil para o profissional negar o atendimento, já que constatava a vulnerabilidade social que se encontrava a família. Assim, aumentava cada vez mais a demanda do Projeto.

No ano de 2000, o Governo Federal, com intuito de combater a exploração do trabalho infantil, lança, em âmbito nacional, um plano para ser adotado nas esferas estadual e municipal no combate desta prática.

No mesmo ano, o município implanta o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), o Programa de Liberdade Assistida e o Programa de Prestação de Serviço à Comunidade (ambos medidas sócio educativas previstas no artigo 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente).

¹⁶ Art. 90 – As entidades de atendimento são responsáveis pela manutenção das próprias unidades, assim como planejamento e execução de programas de proteção e sócio-educativos destinados às crianças e adolescentes, em regime de: I – orientação e apoio sócio-familiar.

Com objetivo de seguir a meta nacional definida pelo Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil - em setembro de 2001, o município implantou o Programa Sentinela, que efetivamente deu início aos seus trabalhos em maio de 2002, atualmente, o Centro de Referência Sentinela.

Após três anos e meio da criação do Projeto Criança SIM, este apresentava uma demanda além do que os técnicos e a estrutura física conseguia atender. Frente a esta realidade e com objetivo de atender a meta nacional, visando a ampliar e integrar as ações, em 14 de dezembro de 2001, foi criado o Centro Integrado de Atendimento à Criança, ao Adolescente e à Família – “Cidade da Criança” .

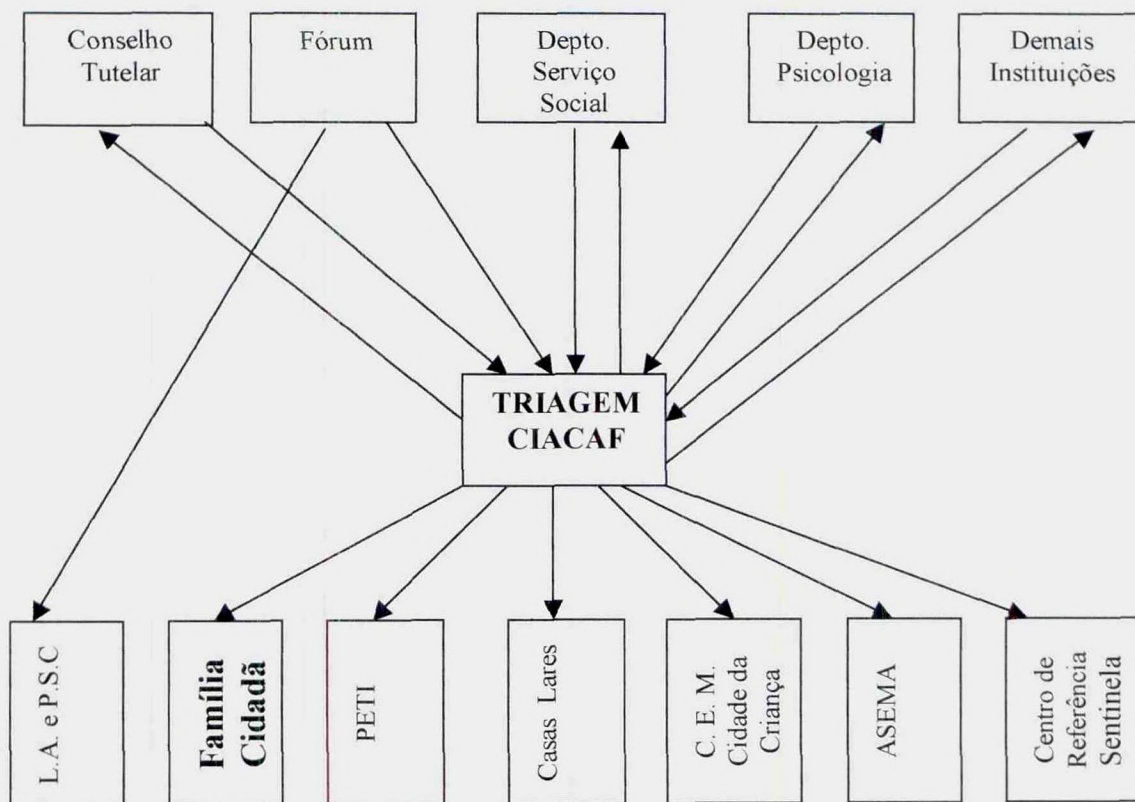
A Cidade da Criança tem como missão articular e integrar as Políticas Sociais Públicas, que garantam os direitos das crianças e dos adolescentes, incentivando o desenvolvimento intelectual, afetivo, moral e social, enfatizando a valorização da família, contemplando uma proposta mais ampliada no que se refere ao aspecto da multidisciplinariedade e enfocando o atendimento à família em sua totalidade. Para tanto, foram implantados e implementados os programas:

- Programa Abrigo/Família Substituta/Apadrinhamento Afetivo;
- Programa Liberdade Assistida/Prestação de Serviços à Comunidade;
- Programa de Erradicação do Trabalho Infantil;
- Programa Família Cidadã;
- Programa Anjos de Rua¹⁷;
- Programa Apoio Sócio Educativo em Meio Aberto;
- Centro de Referência Sentinela;
- Centro Educacional Municipal Cidade da Criança;

¹⁷ Este Programa não está implantado.

As famílias, antes de serem encaminhadas aos referidos Programas da Cidade da Criança, passam inicialmente por avaliação de uma equipe multiprofissional que compõem a triagem. A equipe da triagem realiza uma leitura de cada encaminhamento que recebe e, através de discussão acerca dos mesmos, define a situação se enquadra na demanda atendida pelo CIACAF, realizando o repasse do mesmo ao programa pertinente.

Fluxograma dos métodos



Dentre os Programas, destaca-se o Família Cidadã, local em que se realiza a pesquisa e o foco do trabalho.

2.4 Programa Família Cidadã

O Programa Família Cidadã tem como finalidade atender o Estatuto da Criança e do Adolescente em seu artigo 90 – inciso I, no que se refere ao apoio e orientação sócio-familiar, objetiva propiciar atendimento às necessidades de crianças e adolescentes e suas famílias, em caráter emergencial ou temporário, através da assistência de auxílios materiais, orientação, apoio e acompanhamento, a fim de resguardar seus direitos enquanto cidadãos.

O público alvo são as famílias de crianças e adolescentes até 18 anos, residentes no Município de São José, as quais enfrentam dificuldades/crises pessoais e sociais, que colaboram para a violação de seus direitos fundamentais. Dentre os atendimentos especiais, destacam-se doenças crônicas, deficiências múltiplas, gemelares ou mais, e/ou por crises e dificuldades sócio-econômicas e familiares, necessitando de atendimento com orientação e apoio sócio-familiar, incluindo repasse de auxílios materiais, a fim de resguardar seus direitos enquanto cidadãos.

Estas famílias são encaminhadas, ao programa pelo Conselho Tutelar, Juizado da Infância e Juventude, Departamento de Serviço Social e por outros Programas da Cidade da Criança.

O Programa Família Cidadã¹⁸ é o único de caráter municipal, ou seja, sem convênios ou parcerias em âmbito estadual ou federal. Utilizam recursos do Fundo Municipal da Assistência Social e o Fundo Municipal da Infância e Adolescência para atender as necessidades específicas dos cidadãos atendidos no programa.

¹⁸ **PREFEITURA, Municipal de São José.** Programa do Centro Integrado de Atendimento à Criança ao Adolescente e a Família. **Secretaria do Desenvolvimento Social, 2003.**

O Programa Família Cidadã tem como plano de ação:

- ✓ atendimento temporário pelo período de seis meses a um ano, salvo os casos que houver necessidade de ser prolongado este prazo;
- ✓ plantão do Serviço Social para atendimento das famílias que necessitem de repasses de benefícios, orientações e encaminhamentos (quartas feiras e sextas feiras à tarde);
- ✓ o acompanhamento sistemático às famílias selecionadas, por ordem de prioridade e de inclusão, que necessitem de visitas domiciliares periódicas (semanais ou quinzenais) com a proposta de serem abrangidas um número de quinze casos a cada mês, por profissional de serviço social;
- ✓ o profissional da psicologia poderá atingir um número máximo de vinte e oito (28) atendimentos individuais semanais, sendo que cada pessoa receberá um mínimo de quatro atendimentos com periodicidade semanal ou quinzenal;
- ✓ as profissionais dos programas, cada qual em suas funções específicas, manterão compromisso com as seguintes atribuições:

- realização de visitas, entrevistas, reuniões de grupo, encaminhamentos e contatos diversos;

- registro de todos os atendimentos e atividades diárias;

- registro de encaminhamentos, contatos e informações;

- relatórios de visitas de situações individuais e particulares das famílias e de reuniões;

- participação em reuniões e estudos das situações individuais e particulares das famílias com a equipe multidisciplinar;

- manutenção da relação de redes de atendimento, alimentando-a continuamente;

- parecer da equipe multidisciplinar;

Prontuário individual de cada situação, resguardando documentos, relatos e sigilo de informações;

Relatório mensal e anual das atividades desenvolvidas;

Avaliação semestral das ações e funcionamento do programa.

Prevêm para o atendimento das famílias: 05 Assistentes Sociais - com carga horária integral (40 horas); 03 Psicólogos – com carga horária integral (40 horas), 01 Enfermeiro – com carga horária integral (40 horas), 01 Pedagogo – com carga horária integral (40 horas), estagiária de serviço social, psicologia, enfermagem e pedagogia. Secretária administrativa em período integral (40 horas) e motorista em período integral (40 horas).

Como já foi citado no item 2.3, o Programa Família Cidadão foi elaborado para atender as famílias que faziam parte do Programa de Orientação e Apoio Sócio-Familiar do extinto Projeto Criança SIM que, não estavam nos critérios para serem inseridos nos demais programas da Cidade da Criança.

Para melhor compreensão das dificuldades que o Programa perpassa desde sua implantação, faz-se necessário fazer algumas considerações. Quando o Projeto Criança SIM foi extinto, realizou-se um levantamento nos 623 dossiês que compunham o Projeto que direcionou cada situação a programas específicos (PETI, Sentinela e Abrigo), sobrando 269 dossiês que ficaram sob responsabilidade do Programa Família Cidadã. Além destes, quando o programa iniciou em março de 2002, absorveram-se mais 49 famílias que haviam sido encaminhados e não se adequavam nos outros programas, ficando com 318 famílias a serem acompanhadas.

A equipe que, nesta época, era composta de uma assistente social e uma psicóloga como profissionais e tinha como apoio um estagiário de cada uma destas áreas, realizou um levantamento nos dossiês para verificar as múltiplas e reais necessidades das famílias, porém percebeu que uma parte não tinha dados registrados suficientes, apontando as deficiências

deixadas anteriormente. No decorrer de 2002, recebeu mais 76 famílias, terminando o ano com 394 famílias inscritas no programa.

Diante do exposto, pode-se considerar que o Programa já nasceu com dificuldades, já que a demanda sempre foi maior que o suporte técnico, apesar de todo o empenho dos profissionais e técnicos, seus atendimentos ficaram deficitários. Não dispondo de tempo e nem suporte para o atendimento sistemático de toda a demanda, a equipe passou a atender as famílias que procuravam o plantão do Programa e, nas situações de extrema vulnerabilidade verificada durante o levantamento, foi realizada visita domiciliar.

Essas famílias, quando chegam ao programa, geralmente estão vivendo em situação limite e, quando sozinhas, não conseguem superar suas dificuldades, procuram apoio institucional, ou são encaminhadas. A equipe conta com o suporte de alguns auxílios materiais que repassa aos seus usuários, tais como: alimento, medicamento, leites especiais, fralda, prótese e órtese, moradia, passagem, consultas com especialista, que o estado e o município não oferecem, entre outros.

No ano de 2003, o Programa recebeu mais 154 novos encaminhamentos, ficando com uma demanda de 548 famílias. Neste mesmo ano, inseriu-se na equipe mais uma profissional de Serviço Social, com carga horária de 40 horas, ficando com o seguinte quadro de funcionários: duas Assistentes Sociais – uma profissional cumpre 30 horas e, a outra, 40 horas - duas estagiárias de Serviço Social remuneradas, uma psicóloga e duas estagiárias não remuneradas.

Neste percurso de tempo, os técnicos do programa, após prestarem atendimento pertinente a cada situação e por considerarem que estas já tinham ultrapassado o momento de crise que vivia, quando encaminhados para o apoio, desligaram do programa 330 famílias.

As famílias são desligadas do programa em reunião de estudo de caso e estas são previamente avisadas do desligamento.

Hoje, a equipe do programa procura acompanhar sistematicamente 169 famílias, 49 estão aguardando para serem inseridas, o que provavelmente vai acontecer no início de 2004.

Para prestar estes atendimentos conta com um carro e motorista duas vezes por semana, no período vespertino, e uma sala de atendimento individual.

No segundo semestre do ano de 2003, a equipe, utilizando uma nova estratégia de atendimento, montou um grupo de pais que veio em resposta aos anseios dos próprios usuários, pois nos atendimentos se percebeu que muitos tinham as mesmas dificuldades, principalmente com relação ao convívio intrafamiliar. Este grupo foi formado, acreditando-se que a troca de experiência entre famílias e palestrantes se tornasse um facilitador para que estes pudessem ultrapassar os momentos de crise. Tinha-se como objetivo proporcionar aos pais e ou responsáveis, integrantes do Programa Família Cidadã, momentos de reflexões e troca de experiência sobre as questões que os angustiam referente a seus filhos e à realidade socio-econômica em que vivem, fornecendo subsídios através de palestras.

Apesar de todas as dificuldades, a equipe que compõe o Programa procura trabalhar na promoção de ações que visem à autonomia das famílias, ampliando o exercício da cidadania e colaborando na construção de políticas públicas.

Com uma demanda em média de cinco situações novas por semana, a equipe não conseguiu, até hoje, reunir tempo para fazer um levantamento quantitativo para apresentar aos representantes do CIACAF, a fim de demonstrar as necessidades das famílias frente ao que o programa oferece de concreto e o que seria o ideal.

2.5 Objetivo do levantamento sócio-econômico

Dentro desta perspectiva, o levantamento foi realizado através de pesquisa quantitativa, com o propósito de apresentar um diagnóstico muito importante para organizar, planejar e decidir os passos da intervenção profissional, buscando as respostas para as demandas, em processo reflexivo sobre as mudanças rápidas e profundas vividas pela sociedade e refletidas nas famílias. A pesquisa torna-se um instrumento que vai possibilitar conhecer a realidade social destas, sendo importante, no planejamento da ação profissional, pois para realizá-lo são estabelecidos vínculos, observações e análises. Esta aproximação da realidade social pode favorecer o aparecimento de determinadas questões que até então não eram percebidas, dando subsídios para uma futura intervenção. O profissional de posse destes dados estará mais instrumentalizado, frente à instituição, para apontar a importância da continuidade de sua existência e/ou a manutenção deste serviço e propor novos programas e projetos que vão ao encontro desta demanda, possibilitando criar propostas de política de atendimento preventivo, saindo do espaço da focalização.

Com intuito de verificar quais as reais necessidades da família atendida pelo Programa, considera-se de extrema importância o levantamento de dados para que, a partir deste, possamos refletir sobre as questões eminentes e propor novas ações e metodologias.

Objetivo Geral:

Conhecer o perfil das famílias que integram o Programa Família Cidadã, objetivando propor políticas de atendimento direcionada à real necessidade das mesmas.

Objetivos Específicos:

- conhecer a realidade das famílias, a fim de verificar se o Programa está em concordância com a real necessidade destas;
- identificar a realidade sócio-econômica e cultural das famílias.

Conforme Souza (2000), o sucesso das políticas sociais dependem da estrutura da população a que elas se destinam. Determinados tipos de famílias encontram-se em posição de maior fragilidade na sociedade e, portanto, necessitam de atenção especial. Logo, a eficiência das políticas de proteção está diretamente relacionada a sua adequação, à composição e à organização das famílias. Este conhecimento é importante para a reformulação de políticas públicas.

Para alcançar este objetivo, faz-se necessário verificar como se organiza a família, pois conforme Szymanski (2002),

diversidade de arranjos familiares obriga a se mudar o foco da estrutura da família nuclear, como modelo de organização familiar, para consideração das novas questões referentes à convivência entre as pessoas na família, sua relação com a comunidade mais próximas e com a sociedade mais ampla.

Neste contexto, podemos pensar no grande número de famílias monoparentais - chefiadas por mulheres ou homens -, reconstituídas, extensas, adotivas temporárias, etc, e verificar quais as velhas e novas necessidades que aparecem com estes arranjos atuais.

Frente a estas colocações, considera-se, na perspectiva de conhecer a família, a necessidade de saber a sua origem tanto para conhecer sua adequação no meio rural para o urbano, de um município pequeno para uma área metropolitana e se este processo coopera para os estresses familiares.

Convém ressaltar que o crescimento populacional de São José ocorreu pela grande migração de famílias vindas do interior do nosso estado e de outros.

O profissional deve ter uma visão macro da situação, pois, em concordância com Mioto (2001),

a tendência histórica é de considerar os processos de atenção às famílias através de sua incapacidade, e por isso os programas de orientação e apoio atendem às faces mais cruéis do problema, relacionadas à infância e à juventude, ao invés de se voltarem mais as dificuldades cotidianas das famílias, dando sustentabilidade e apoio, pois assim os momentos não se tornariam limites.

Estas dificuldades cotidianas podem estar diretamente ligadas à vulnerabilidade que os familiares se encontram frente ao mercado de trabalho, por falta de escolaridade e/ou de aperfeiçoamento profissional. Um outro fator que deixa a família frágil é a falta de apoio da rede pública (creches, escolas, posto de saúde eficiente, espaços em que seus filhos possam ficar no período inverso da aula). As doenças crônicas e a presença de portadores de necessidades especiais deixam estas famílias em suas ações, frente ao mercado de trabalho, limitadas para suprir seu sustento, pois um membro geralmente tem que cuidar desta pessoa. Norteadas por estas dificuldades apontadas, é que foram traçados os indicadores da pesquisa.

2.6 Contextualizando o levantamento

A proposta do levantamento de dados, para verificar o perfil das famílias, era direcionada somente nos dossiês em atendimento (169), os que estão na demanda reprimida, e os encerrados foram excluídos, por não fazer parte do objetivo desta investigação.

Previendo que alguns dossiês não constam de dados atuais e que em outros há insuficiência de informação, utilizamos também instrumentos de visita domiciliar para refazer o levantamento sócio-econômico das famílias. A visita tem o caráter de aproximação com a

realidade das famílias, perde o caráter meramente institucional, como acontece em uma entrevista no Programa. Esta aproximação favorece a análise que deixa de ser meramente focalizada na família e passa por um olhar amplo que vislumbra a realidade que está em torno do contexto familiar. Através das visitas, o pesquisador busca informe contido na fala dos atores sociais, procura conhecer a história de vida, as estratégias de cada família frente às questões sociais, os problemas que surgem na superação das crises que se apresentam ao longo das transições.

Sarmento (2000) destaca que a prática investigativa é uma atividade necessária do profissional para a construção da realidade, tendo o compromisso de dizer e revelar a verdade dos fatos, de arbitrar diante de diagnósticos e subsidiar a tomada de decisões. O levantamento sócio econômico deve deixar de ser um formalismo burocrático e deve passar a ser um instrumento de informações quantitativas e qualitativas sobre as condições de vida e respostas socioinstitucionais à população atendida. A sistematização e a divulgação do conhecimento das condições desta população é crucial para a tomada de consciência da própria população. O exercício investigativo está articulado com a prática de avaliação e planejamento das políticas sociais, para garantia de direitos sociais.

Conforme Gil (1999), as ciências sociais lidam com variáveis de difíceis quantificações, pois o objeto do conhecimento é uma construção do pesquisador, e a manifestação nem sempre é o problema, a essência pode ser outra coisa. A realidade não é transparente, ela tem que ser interpretada, pois os dados não falam, eles apenas indicam possibilidades.

A operacionalização foi realizada, inicialmente, através de pesquisa documental nos dossiês das famílias que estão em atendimento no Programa Família Cidadã, foram colhidos dados preestabelecidos e posteriormente repassados para uma planilha do programa de

computador denominado excel, em seguida, os dados serão confrontados e analisados. Considerou-se importante levantar as seguintes informações:

- Tempo que cada família está em atendimento no programa. Este dado objetiva verificar se as famílias que estão a mais tempo no programa que o estipulado (sendo este de seis meses a um ano).
- Informações sobre o membro da família – criança de zero a 18 anos – que é o foco do atendimento no programa: sexo, idade, escolaridade, raça e se há dependência química.
- Parente de contato, ou seja, aquela pessoa da família que procura o programa, quando necessário.
- Origem do encaminhamento: órgão que faz o encaminhamento para o Programa.
- Motivo pelo qual a família foi encaminhada: dificuldades financeiras, negligência familiar, conflitos intrafamiliares, problemas de saúde, dependência química de um dos membros, solicitação do Juizado para acompanhamento por tempo determinado, com informações mensais.
- Repasse de recursos materiais: auxílio leite especial: auxílio alimento (cesta Básica), auxílio com passe, passagem inter ou intraestadual, auxílio fraldas, auxílio moradia, repasse de recursos para construção ou reforma da casa, auxílio tratamento de saúde, prótese e órtese, e outros benefícios repassados.
- Bairro de moradia: A informação que referencia o local de moradia foi feita por região, agrupando alguns bairros.
- Renda familiar.
- Número de pessoas que exercem atividades remuneradas: quantidade de pessoas que trabalham na casa.

- Informações referentes à mãe/pai ou responsáveis, ou seja, pessoa que está vivendo com a criança e cumpre este papel: ocupação, renda, escolaridade, idade, dependência química,
- Tipo de arranjo: original, recomposta, monoparental (chefiada pela mãe), substituta ou não consta a informação no dossiê.
- Origem sócio-ambiental: rural, urbana, litorânea, pesqueira.
- Condição habitacional: números de cômodos, tipo de construção, própria, alugada, cedida, ocupada.
- Pessoas que co-habitam: pessoas que convivem na mesma residência, tendo como referência, a criança e/ou adolescente que são o foco do atendimento.

Tomando como base Rizzini (1999) para a realização da pesquisa quantitativa, deve-se ter uma amostra que é a parte a ser investigada, as amostras devem ter características em comum para que os dados possam ser agrupados. Pode-se fazer uma pesquisa com 100% da amostra denominada causal (probabilística) ou com uma percentagem de amostragem, chamada não-causal, mas esta tem que conter um número expressivo. A autora destaca, que em uma amostragem não-causal, a margem de erro pode ser maior, necessitando mais atenção do pesquisador.

Nesta pesquisa, será utilizado o dado contido no levantamento sócio-econômico aplicado às famílias, quando inseridas no programa. As informações destacadas são as perguntas fechadas contidas neste documento.

A autora supracitada coloca que o processo de pesquisa deve prever, na sua elaboração, a forma de análise. Alguns passos que deve conter a análise.

Organização dos dados, na pesquisa quantitativa é primordial, tanto como a escolha das codificações e categorias. A codificação é o que relaciona os dados da pesquisa com seus objetivos, ou seja, é o processo através do qual elegemos categorias para servirem de

referencia. Nesta pesquisa, a codificação e categoria estão fundamentadas na base teórica expressa no corpo do trabalho e nos dados do IBGE de 2000.

Quando em uma codificação não apresentar ocorrência, isto não significa que esta não é relevante; neste caso, é necessário analisar o motivo da falta da informação.

No estudo comparativo dos dados, o objetivo é estabelecer relações entre as ocorrências encontradas na pesquisa, buscando a construção de um esquema explicativo.

Na apresentação de resultados, o que se pretende é tornar os resultados compreensíveis ao maior número possível de pessoas.

2.6.1 Limitações do levantamento

No período da pesquisa, vários contratempos ocorreram, dificultando o alcance do objetivo.

O programa ficou sem o carro para realizar as visitas domiciliares por mais de um mês, atrasando o início do levantamento. Ressalta-se, ainda, que a equipe do programa pode utilizar o carro apenas duas vezes na semana e, com a demanda, estes dias são utilizados para realizar as visitas necessárias para o andamento dos atendimentos, ficando impossível liberar o carro, exclusivamente, para rever os levantamentos sócios econômicos.

Um outro ponto que dificultou muito o andamento foi à falta de computador. No início de novembro, o programa perdeu todos os dados que tinha no computador, desde de sua criação. Este ficou por um período no conserto e, quando retornou, continuou apresentando problemas que o técnico diagnosticou como defeito na placa mãe. Somente no mês de janeiro de 2004 que se recebeu o computador arrumado. Como não tínhamos mais nenhuma informação armazenada, foi necessário que a equipe resgatasse algumas informações e refizesse documentos do material de expediente que se utilizam no dia-a-dia e,

principalmente, a listagem com o nome das famílias atendidas, sem o material a equipe enfrentou muita dificuldade em localizar os dossiês.

Obtivemos total liberdade em manusear os dossiês, mas os dados não estavam explícitos no levantamento sócio-econômico, sendo necessário ler todo conteúdo descritivo dos atendimentos para conseguir as informações, e muitos não continham os dados, necessitando refazer a entrevista para preencher o cadastro, através de visita domiciliar. Como não conseguimos realizar o levantamento em todos os dossiês, alguns ficaram como dados inexistentes.

Alguns dossiês possuem endereços que não pertencem mais àquela família ou estão com poucos dados de referência, dificultando a localização e absorvendo muito tempo.

Diante do exposto, do universo de 169 dossiês em atendimento que correspondia o objetivo da pesquisa, foi possível verificar as informações de 124 dossiês.

As famílias costumam receber a equipe sem restrição e repassando os dados com facilidade. A informação mais sonogada é a do uso de substâncias químicas, apesar de, às vezes, apresentarem os indícios de uso ou dependência.

Os dados levantados não alcançaram toda a perspectiva, pois, somente depois de compilados, é que se pode perceber que a falta de informações nos dossiês influenciaram diretamente nos resultados.

Apesar das dificuldades, considera-se que a maioria dos objetivos foi alcançado.

CAPITULO 3

ANALISANDO OS DADOS

Neste capítulo, será apresentada a descrição e análise dos dados obtidos na presente pesquisa, o que permitirá estabelecer a caracterização das famílias beneficiárias do Programa Família Cidadã. Como parâmetro, serão utilizados os dados do IBGE e as teorias abordadas anteriormente.

Do total de famílias cadastradas no Programa Família Cidadã, a pesquisa utilizou um universo de 124 levantamentos sócio-econômico. O processo descritivo e analítico segue a seguinte ordem: duração do acompanhamento; características das crianças e adolescentes; instituições que fazem o encaminhamento; parente de contato; mapeamento da vulnerabilidade das famílias; definição dos auxílios repassados; características sócio-demográficas e características sócio-culturais da família; composição de parentesco e perfil das famílias do Programa Família Cidadã.

1 A ANÁLISE

1.1 Duração do acompanhamento

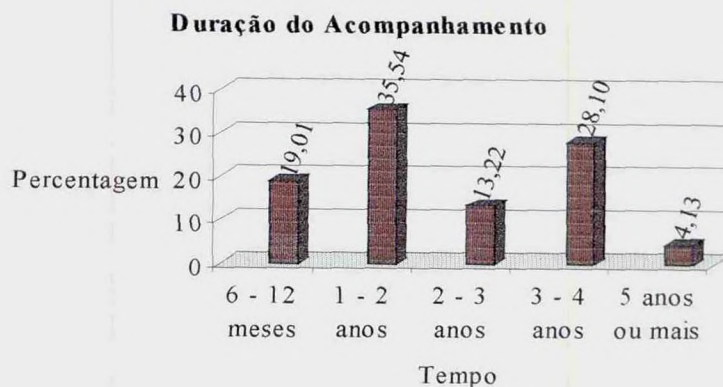


Gráfico 1

Somando os indicadores, percebe-se que 80,99% das famílias já ultrapassaram o tempo predeterminado pelo Programa (6 meses a 1 ano), para o atendimento às famílias, sendo que 45,45% já ultrapassaram o tempo de 2 anos. Como o Programa foi implantado em março de 2002 e a pesquisa foi realizada no final de 2003, esta informação aponta que a porcentagem de 45,45% refere-se às famílias oriundas do extinto Projeto Criança SIM, demonstrando as seqüelas deixadas pelo projeto supracitado e a falta de técnicos do atual programa para realizar o atendimento sistemático, possibilitando assim autonomia das famílias

É difícil para o profissional desligar as famílias do programa, sabendo que as dificuldades permanecem, pois não há uma política municipal voltada para a emancipação das famílias, através de projetos de geração de emprego e renda, e a rede pública básica não oferece suporte necessário para os menos favorecidos economicamente, que, muitas vezes, dependem exclusivamente dos programas assistências. Esta relação não é assistencialista, é uma reparação de danos na procura de garantir, os direitos básicos das crianças e dos adolescentes e suas famílias, que vivem à margem da sociedade.

Uma informação que ficou latente e pode servir de exemplo para a dificuldade que o profissional passa em desligar a família do programa é a que envolve famílias que têm a

presença de um portador de doença crônica ou de necessidades especiais. O profissional sabe que não há uma política de atendimento na área da saúde municipal que assegure os direitos deste indivíduo, e este acaba garantindo alguns de seus direitos na assistência social.

As informações, a seguir, são referentes à criança e/ou adolescente que são o foco do atendimento no programa.

1.2 Perfil da criança e ou adolescente do programa

PERFIL DA CRIANÇA E OU ADOLESCENTE DO PROGRAMA						
ANÁLISE POR SEXO						
Gênero			Percentual			
Feminino			46,28%			
Masculino			53,72%			
ANÁLISE POR IDADE						
0 a 5	6 a 10	11 a 15	16 a 17	<18	18	Sem dados
39,67%	23,14%	26,45%	6,61%	1,65	1,65	0,83%
ANÁLISE POR ESCOLARIDADE						
Fundamental Completo	Fundamental Incompleto	Médio Completo	Médio Incompleto	Não Escolar	Educação Especial	Sem Dados
3,31%	43,80%	0,83%	0,83%	38,84%	9,92%	2,47%
ANÁLISE POR RAÇA						
NEGRA		PARDA		BRANCA		SEM DADOS
8,26%		13,22%		66,12%		12,4%
ANÁLISE POR DEPENDÊNCIA QUÍMICA						
Álcool	Maconha	Cocaína	Crak	Nenhuma	Sem dados	
2,48%	2,48%	0,83%	0,00	85,95%	8,26%	

Quadro 1

Contrariando os dados do IBGE que coloca que, no município, há mais mulheres que homens, no programa, a maioria dos atendimentos são voltados para meninos, porém não há um motivo aparente que possa servir de subsídio para esta informação. Somente com uma pesquisa qualitativa poderia-se levantar hipóteses que explicassem este índice.

A informação sobre idade demonstra que a maioria dos atendimentos, as famílias, são voltadas para seus filhos na tenra idade (geralmente apresentam mais problemas de saúde) e na idade da adolescência, sendo que este último segmento, aponta para um dos ciclos da vida familiar que provoca estresse. Nesta idade, aparecem os conflitos geracionais, e a família procura ou é encaminhada para o apoio psico-social.

Para analisarmos os dados da escolaridade, teremos que cruzar com outros indicadores, já que para se aproximar mais da realidade, esta informação deveria ter sido realizada por ano escolar ou fase, e não por ciclos, como foi realizada.

Na tabela da idade, constatamos que 39,67% das crianças estão na faixa etária entre 0 a 5 anos e, no item escolaridade, aponta que 38,84% não estão em idade escolar, ficando com um percentual próximo, demonstrando que há um número expressivo de crianças em idade para freqüentar creches.

Um dos objetivos, no projeto de pesquisa, era verificar quantitativamente se oferta de creches públicas estava suprindo a demanda, já que os pais, durante os atendimentos, reclamam da falta de vagas. Este objetivo não foi alcançado, pois não se encontrou no levantamento sócio-econômico este registro, pois não há uma pergunta específica para o tema. Algumas informações foram encontradas nos relatos contidos no dossiê, mas estas já estavam fora da realidade atual, devido ao tempo que haviam sido coletadas.

Observou-se que 9, 92% estão freqüentando escolas de educação especial, geralmente a Fundação Catarinense de Educação Especial – FCEE, assim, reforçando a informação de

que há um número expressivo de portadores de necessidades especiais, e estas famílias, por falta de políticas públicas, necessitam mais tempo de apoio.

Com referência ao grau de escolaridade, pode-se perceber que há distorção idade/série, já que a soma dos adolescentes entre 16 a 18 anos é de 9,91%, e estes adolescentes deveriam estar freqüentando ou ter concluído o ensino médio, porém somente 0,83% estão freqüentando, e 0,83% concluíram este ciclo.

Conforme os indicadores sociais de 2002 no país, temos 32,1 milhões de analfabetos funcionais, sendo que 65,7% dos estudantes com 14 anos de idade estão em defasagem idade/série. Pesquisa do IBGE demonstra que a defasagem escolar cresce proporcionalmente com a idade, representando um percentual de 14,4% para as crianças de sete anos, até os 65,7% para as de 14 anos. A média de anos de estudo, por idades, da população brasileira também expressa a defasagem que é de 0,9 para as crianças de 8 anos (deveria ser mais de um) e de 7,2 anos para os jovens de 17 anos, quando deveria ser de 11 anos. Os indicadores também apontam que somente 2,3% dos estudantes de famílias de baixa renda chegam às universidades públicas.

Referente à raça, verificou-se que 66,12% são da raça branca e 21,48% são negros ou pardos, para fazermos esta análise, tivemos, inicialmente, que nos reportar à colonização do município. Como verificamos anteriormente, a colonização se deu por uma maioria de raça branca, e a imigrante, em sua maioria, é oriunda do planalto catarinense, que também tem uma população predominantemente branca.

De acordo com dados do IBGE – 2000, o número de pessoas brancas na região sul corresponde a 92,2% da população, caracterizando-o como, tipicamente, composto por pessoas de cor/raça branca.

Este fato não significa que negros e pardos do município não vivam em situação de vulnerabilidade social ou que estes não recebam atendimentos neste Programa, simplesmente

aponta que há uma proporção menor desta raça. Constou-se, também, que 12,4% dos dossiês não continham a informação da raça, o que pode indicar a dificuldade do profissional de realizar a pergunta, pois esta para ser descrita, obrigatoriamente, deve ser perguntada, ou por considerar a informação desnecessária, mas estas são apenas hipóteses.

No que se refere à dependência química, a porcentagem é 5,79% de usuário. Inicialmente, pode-se pensar que este número é irrelevante, mas se esta informação for cruzada com a idade, veremos que do montante de 124 levantamentos (sócio-econômico) de crianças e adolescentes analisados, 76 são crianças que possuem idade entre 0 a 10 anos. Considerando que nesta, faixa etária, é menor a incidência do uso de substâncias químicas, estes serão dados descartados do estudo. Diante do exposto, tomar-se-á como parâmetro as crianças e adolescentes com idade entre 11 e 18 anos, que é uma porcentagem de 36,36%, já que é nesta faixa etária que, “geralmente”, ocorre maior incidência no uso de drogas. Concluiu-se que, das crianças e adolescentes atendidas entre 11 a 18 anos que são 44 em números exatos, 7 fazem uso de substâncias químicas, expressando 15,90% do montante, sendo este um número expressivo.

Nesta temática, ressalta-se que, quando o motivo do encaminhamento ao Programa não é o uso da droga e a família durante o preenchimento do levantamento sócio-econômico, por não saber ou por vontade própria não revela o uso destas substâncias, esta informação fica oculta. Em alguns casos, a família posteriormente revela ao profissional o uso, mas dificilmente esta informação é acrescentada no cadastro, ficando somente registrada nas informações diárias. Diante deste fato, pode haver um número maior de usuários, que não foi revelado.

1.3 Parente de contato

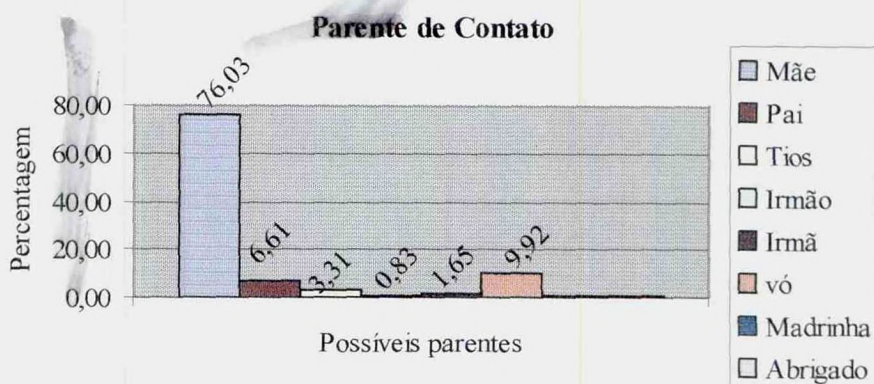


Gráfico 2

Esta análise aponta a mãe como suporte da família. Além de todas as suas atribuições é a mãe que, geralmente, procura a rede de apoio. E, também, a mais cobrada quanto aos cuidados para com seus filhos. Sendo este, resquício da família nuclear que atribui a mãe os cuidados dos filhos e ao pai o sustento da casa. Esta condição mudou, mas a mulher continua sendo responsabilizada pelos seus filhos, e o homem, neste caso, fica em uma situação considerada privilegiada. Um dado importante identificado é que os avós estão mais presentes na vida da criança/adolescente, que a figura do pai.

1.4 Origem do encaminhamento

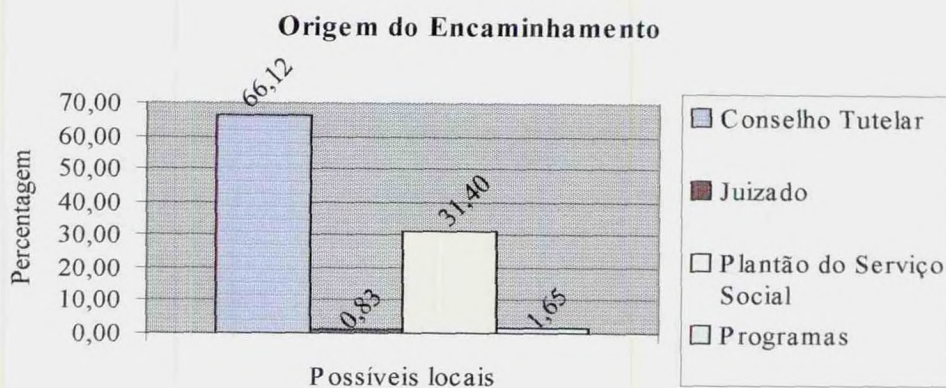


Gráfico 3

O Conselho Tutelar aparece como principal órgão encaminhador, na busca da garantia dos direitos da criança e ou adolescente e o Plantão do Serviço Social como o segundo órgão. Este último é procurado pelas famílias para apoio assistencial, e o profissional, ao verificar a necessidade do atendimento sistemático, encaminha a família ao Programa.

1.5 Motivo do atendimento

MOTIVO DO ATENDIMENTO											
Dificuldades Financeiras		Negligência Familiar		Conflito Intrafamiliar		Problema de Saúde		Dependência Química		Relatórios Oficiais	
Informações	Percentual	Informações	Percentual	Informações	Percentual	Informações	Percentual	Informações	Percentual	Informações	Percentual
Sim	84,30	Sim	76,86	Sim	43,80	Sim	59,50	Sim	23,97	Sim	15,70
Não	14,88	Não	23,14	Não	55,37	Não	39,67	Não	75,21	Não	84,30
Sem dados	0,82			Sem dados	0,82	Sem dados	0,82	Sem dados	0,82		

Quadro 2

A pesquisa, para revelar o motivo que leva a família a ser encaminhada a um programa de orientação e apoio foi realizada nos 124 dossiês, sendo verificado cada item em destaque. Constatou-se que alguns dossiês apresentavam mais de um motivo de encaminhamento.

Observa-se que 84,30% das famílias foram encaminhadas ao Programa devido a dificuldades financeiras e, somente, 14,88% não foram encaminhados por este motivo.

Estas famílias geralmente estão vivendo em situação de extrema dificuldade econômica, pois não possuem uma fonte de renda fixa. Estas acabam necessitando para a subsistência de seus entes do repasses de auxílios de programas assistenciais. Nesta situação, o Programa Família Cidadã atua com repasses de cestas básicas, leite especiais para criança e ou adolescente na tentativa de resguardar seus direitos fundamentais, conforme preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente - art. 4º.

De acordo os Indicadores Sociais do DIEESE de 2002, 9,2% da população economicamente ativa estão desempregados, e dos trabalhadores que estão na ativa metade ganham no máximo 2 salários mínimos, revelando que a maioria dos trabalhadores brasileiros recebem salário bastante abaixo do mínimo necessário para sua subsistência. Conforme o DIEESE, o salário mínimo necessário deveria ser 6,65 vezes maior que o salário oferecido. O Censo em 2000 mostra que mais de 90% dos trabalhadores brasileiros recebem abaixo das necessidades de subsistência (moradia, alimentação, transporte, educação, saúde).

Frente aos dados nacionais, as informações não ficam fora desta realidade, demonstrando ser este é um problema estrutural.

O segundo indicador refere-se a negligência familiar, que geralmente esta relacionada às dificuldades financeiras que perpassam a família, em que, muitas vezes, os responsáveis estão sem perspectiva de futuro, com baixa estima que vem a influenciar na dinâmica familiar.

O terceiro motivo que leva a família para o atendimento no programa de orientação e apoio sócio-familiar são problemas relacionados à saúde. Esta informação veio a reforçar o que já foi referido anteriormente, em que a falta de atendimento sistemático na área da saúde deixa as famílias vulneráveis, levando-as a procurar apoio para garantir o atendimento a seus filhos na assistência social.

Em quarto lugar aparecem os conflitos intrafamiliares, que geralmente recebem apoio psico-social. Geralmente, estes conflitos estão relacionados com os ciclos da vida familiar, conforme referenciado no capítulo I, item 4.1. Quando as famílias sozinhas não conseguem superar este momento de estresse procuram ou são encaminhadas a programas de apoio.

Ressalta-se que estes conflitos que perpassam as famílias atendidas, no Programa, não estão vinculados de forma explícita à violência doméstica, já que estas situações são acompanhadas pelo programa Sentinela, que é referência nestes atendimentos. O profissional do Programa Família Cidadã, se constatar no decorrer do atendimento que existe situação de violência, este o encaminha para o referido programa.

Ressalta-se que do montante dos 124 dossiês estudados 55, 37% não apresentam conflitos intrafamiliares.

A dependência química representa 23,97% dos encaminhamentos que podem estar relacionados a criança e ao adolescente que é o foco do atendimento, seus irmãos, ou pais. Do montante, a dependência química foi o que apresentou o menor número de encaminhamentos: 75,21%.

Os relatórios oficiais são aqueles em que o juiz da Infância e Juventude, através do Conselho Tutelar, solicita acompanhamento da família por um tempo determinado com envio mensal de relatório, que poderia servir de subsidio nas sentenças.

1.6 Auxílio já repassados

Auxílio já repassados											
Auxílio Leite		Auxílio Medicamento		Auxílio Alimento		Auxílio Passe		Auxílio Fraldas		Auxílio Passagens	
Informações	Percentual	Informações	Percentual	Informações	Percentual	Informações	Percentual	Informações	Percentual	Informações	Percentual
Sim	35,54	Sim	53,72	Sim	70,25	Sim	38,84	Sim	28,93	Sim	6,61
Não	63,64	Não	45,45	Não	29,75	Não	60,33	Não	69,42	Não	91,74
Sem dados	0,82	Sem dados	0,83			Sem dados	0,83	Sem dados	1,65	Sem dados	1,65
Auxílio Documentação		Auxílio Moradia		Auxílio Saúde		Outros auxílios		Atendimento Psicológico			
Informações	Percentual	Informações	Percentual	Informações	Percentual	Informações	Percentual	Informações	Percentual		
Sim	15,70	Sim	5,79	Sim	22,31	Sim	46,28	Sim	11,57		
Não	83,47	Não	94,21	Não	76,86	Não	52,89	Não	55,37		
Sem dados	0,83			Sem dados	0,83	Sem dados	0,83	Sem dados	33,06		

Quadro 3

Verificaram-se, nos 124 dossiês, os auxílios que já foram repassados a cada família, se uma destas foi atendida com todos os auxílios supracitados, esta participou de todas as porcentagens, independente da quantidade de vezes que foi atendida com o mesmo auxílio.

As informações referentes ao repasse dos auxílios estão diretamente relacionados com o motivo de encaminhamento, pois destacam-se os repasses de alimentos, em que 70,25% já receberam esse auxílio, sendo um indicador das dificuldades financeiras.

Os auxílios referentes a medicamento, leite, passe, fralda, passagem e saúde estão ligados às dificuldades na área da saúde, podendo-se constatar, novamente, a falta de atenção e atendimentos dispensados pela política de saúde a seus usuários.

1.7 Bairro de moradia

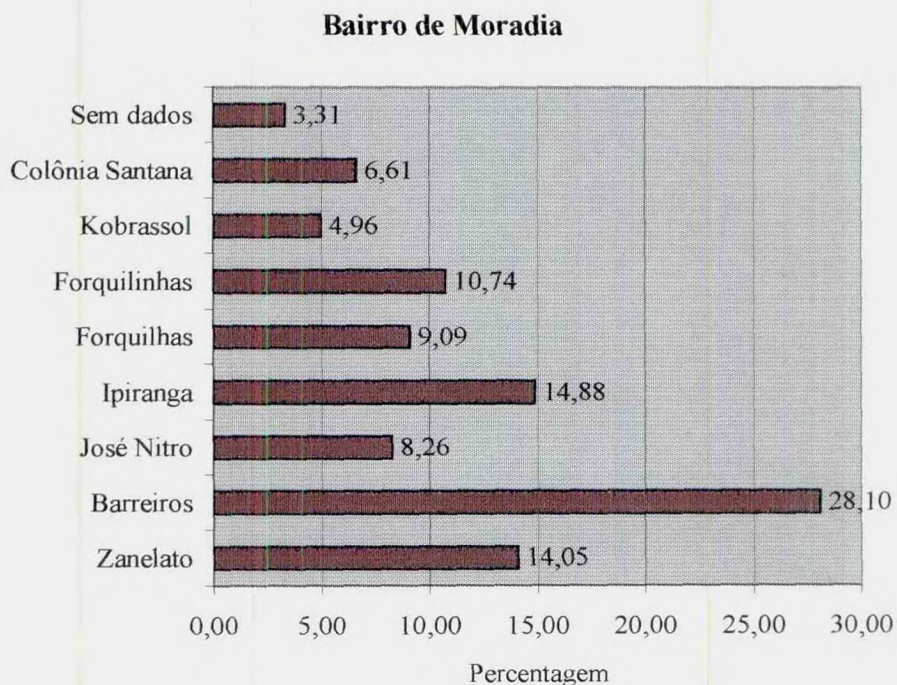


Gráfico 4

Os bairros em destaque, na sua maioria, possuem bolsões de pobreza, como é caso de Barreiros que agrupou os bairros Dona Adélia, Bela Vista, Estrada Velha, Jardim das Acácias e Solemar, este último apresenta um grande número de famílias em situação extrema de vulnerabilidade social. Alguns bairros dividem espaços com famílias de classe média e de classes menos favorecidas economicamente. Ressalta-se que o programa busca a garantia dos direitos fundamentais, estabelecidos na Lei Orgânica de Assistência Social/LOAS, e a família não precisa necessariamente estar vivendo uma situação de miserabilidade para receber o

atendimento, sendo este uma forma de garantir que esta, em um momento de fragilidade social (doença, perda de emprego, morte de um ente, usuário de drogas, outros), receba o atendimento para atravessar de forma digna este momento.

1.8 Renda familiar

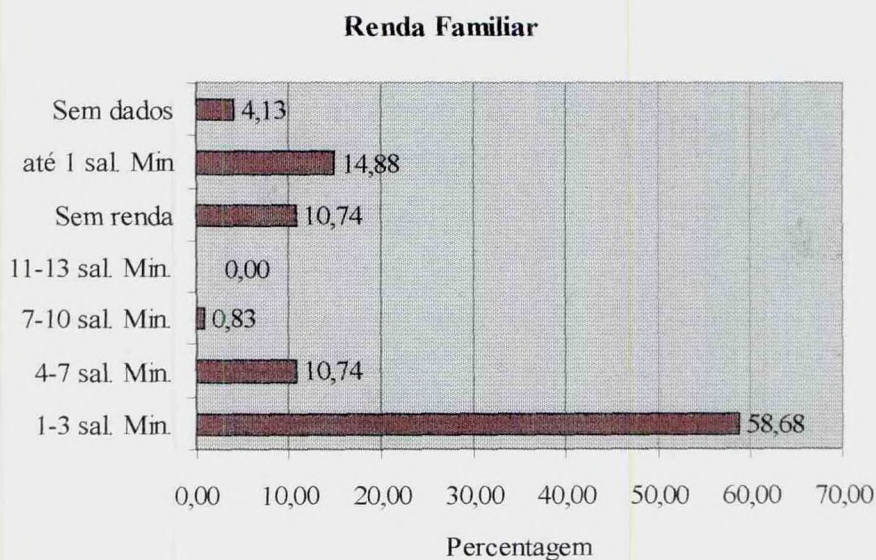


Gráfico 5

Conforme os indicadores sociais entre 1996 e 2002, caiu 14% o rendimento médio real dos trabalhadores. Em 2002, os empregados e os trabalhadores por conta própria eram 70% da população ocupada.

O Capítulo II da Constituição brasileira, em seu artigo 7º, estabelece que, entre os direitos dos trabalhadores, o salário mínimo deve atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família como moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo. Em 2002, o valor do salário mínimo, proposto pelo governo, corresponde a apenas

15,51% do valor estabelecido pela Constituição brasileira, para que ele tenha efetivamente as necessidades vitais básicas atendidas.

Embasado nos indicadores sociais, os trabalhadores que recebiam 10 salários mínimos, em 2000, representaram apenas 7,7% do total. Do total de trabalhadores, 40% recebiam salários entre 2 e 10 salários mínimos.

Tendo como base a tabela de rendimento das famílias, destacamos que 58,68% das destas vivem com 1 a 3 salários mínimos. Destaca-se que 10,74% não possuem nenhum rendimento que possam obter como referência no mês, e 10,74% recebem de 4 a 7 salários mínimos e 0,83% percebem de 7 a 10. As famílias que ganham até um salário mínimo correspondem a 14,88% do montante. Conforme dados obtidos sobre indicadores sociais fornecidos pelo IBGE, o traço mais marcante da sociedade brasileira é a desigualdade social, em que 1% do mais ricos da população acumula o mesmo volume de rendimentos dos 50% mais pobres e os 10% mais ricos ganham 18 vezes mais que os 40% mais pobres.

Destaca-se que o salário mínimo não consegue suprir as necessidades básicas da família, assim, quando aparece uma família com rendimento maior, deve-se analisar todo o contexto e avaliar o momento de fragilidade que estão vivendo para saber se de fato há necessidade da inserção no programa. Um outro fator importante a ser observado é que estes rendimentos podem estar relacionados ao número de trabalhadores na casa. Considerando que cada trabalhador é um indivíduo, que tem necessidades individuais (roupa, transporte, educação, alimentação) que precisam ser supridas, o salário que lhes é auferido nem sempre tem relevância no orçamento doméstico.

1.9 Número de pessoas que trabalham na residência

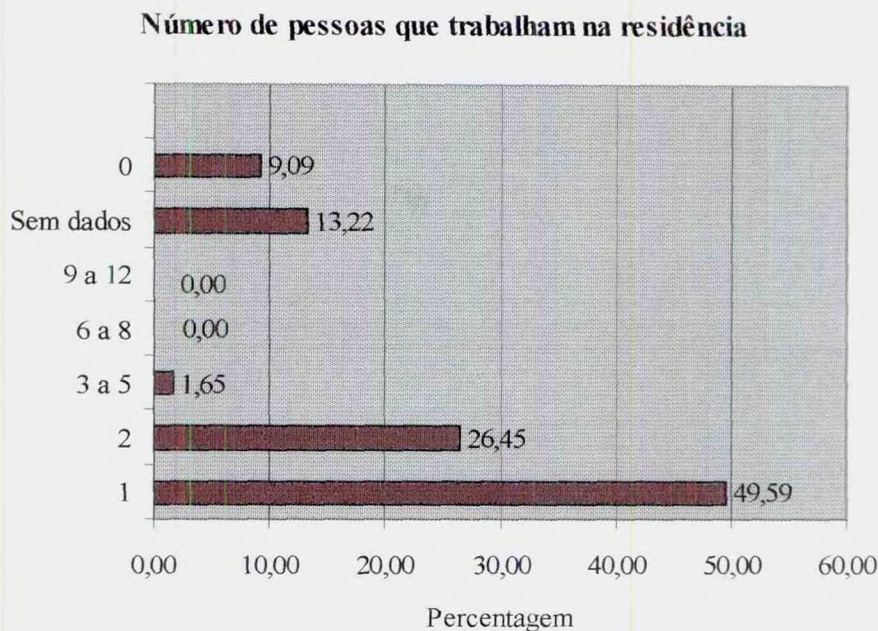


Gráfico 6

Com referência ao número de pessoas que trabalham na família, constatou-se que 49,59% possuem um membro trabalhando, 26,45% dois e 1,65% de 3 a 5 membros. Chamou a atenção que 9,09% das famílias declararam que ninguém trabalha, e 13,22% dos dossiês não apresentam esta informação.

Hipoteticamente, pode-se considerar que o indivíduo que não tem emprego fixo pode declarar que não trabalha por desqualificar a sua profissão, como é o caso dos cantadores de material recicláveis, e alguns, no momento de preencher o cadastro, podem preferir omitir a informação por considerar que, assim, será mais fácil obter os auxílios, pois não se percebem como cidadão de direito.

Esta hipótese está sendo levantada pela experiência obtida no programa, em que, muitas vezes, o usuário só revela que trabalha em serviços esporádicos, após obter confiança no profissional, podendo ser considerada, uma estratégia de sobrevivência.

1.10 Dados referentes à mãe ou responsável

Dados referentes à mãe ou responsável									
Ocupação		Renda		Escolaridade		Idade		Dependência Química	
Informações	Percentual	Informações	Percentual	Informações	Percentual	Informações	Percentual	Informações	Percentual
Do lar	30,58	Até 1 sal. Min.	42,98	Fund. Completo	9,09	12 a 15	0,00	Álcool	0,83
Doméstica	10,74	02 sal. Min.	9,92	Fund. Incompleto	57,85	16 e 17	1,65	Maconha	1,65
Catadora de recicláveis	1,65	3 a 5 sal. Min.	2,48	Médio Completo	4,13	18 a 22	7,44	Cocaina	0,00
Agente de saúde	0,83	6 a 9 sal. Min.	0,00	Médio Incompleto	0,00	23 a 30	22,31	Crak	0,00
Outros	14,88	10 a 12 sal. Min.	0,00	Analfabeta	9,09	31 a 40	28,93	Nenhuma	69,42
Faxineira	23,14	nenhuma	30,58	Sem Dados	15,71	41 a 45	11,57	Fez uso	4,13
Aposentada	4,13	Sem dados	14,04	Superior	4,13	46 a 68	11,57	Cigarro	4,13
Vendedora Ambulante	2,48					Sem dados	16,53	Sem dados	19,84
Sem dados	11,57								

Quadro 4

Os dados, correspondentes à mãe ou responsável que estão inseridos no programa, apontam que 30,58%, trabalham como do lar; 23, 14% são faxineiras; 10,14 % atuam como domésticas, ou seja, a maioria trabalha em serviços que não exigem qualificação profissional. Entre as mulheres que estão na ativa, 42,98% são remuneradas com um salário mínimo e 9,92% recebem dois salários, 2,48% percebem de 3 a 5 salários, e 30,58% não possuem

nenhuma renda. O grau de instrução é baixo, já que 57,85% não completaram o ensino fundamental e 9,09% são analfabetas. Somente 9,09% completaram o ensino fundamental, nenhuma possui o ensino médio completo e 4,13% têm nível superior.

Conforme os Indicadores Sociais do DIEESE de 2002, mais da metade da população brasileira (51,2% ou ainda, 88 milhões) era composta por mulheres. Desse total, 47,5 milhões estavam na faixa etária da fecundidade (15 a 49 anos) e 63% (ou 30 milhões) já tinham tido pelo menos um filho. No Brasil, o percentual de adolescentes de 15 a 17 anos, com pelo menos um filho, chegou a 6,3%. Entre as jovens de 18 a 24 anos, 4,2 milhões (quase 40%) tinham pelo menos um filho. No que se refere aos rendimentos, as mulheres ocupadas recebiam, em média, 70% do rendimento dos homens, apesar de terem, em média, um ano a mais de estudo. Destas mulheres que estão no mercado de trabalho 14,5% são trabalhadoras domésticas.

As pesquisas oficiais revelam que os filhos de mulheres com até 3 anos de estudo têm 2,5 vezes mais risco de morrer antes dos 5 anos que os de mulheres com 8 anos ou mais de estudo. Atribui-se essa diferença a uma maior percepção da mãe escolarizada quanto aos cuidados com a higiene e a saúde dos filhos.

As mães do programa possuem idade entre 23 e 40 anos e, no que se refere ao uso de drogas, poucas declararam fazer uso. O tema droga sempre é um tabu, por isso os números nem sempre correspondem a realidade.

1.11 Dados referentes ao pai ou responsável

Dados referentes ao pai ou responsável									
Ocupação		Renda		Escolaridade		Idade		Dependência Química	
Informações	Percentual	Informações	Percentual	Informações	Percentual	Informações	Percentual	Informações	Percentual
Catador	2,48	Até 01 sal. Min.	28,10	Fund. Completo	6,61	12 a 15	0,83	Álcool	9,09
Aposentado	1,65	02 sal. Min.	19,01	Fund. Incompleto	40,50	16 e 17	0,83	Maconha	3,31
Vendedor Ambulante	3,31	3 a 5 sal. Min.	1,65	Médio Completo	1,65	18 a 22	0,83	Cocaína	1,65
Biscate	9,92	6 a 9 sal. Min.	1,65	Médio incompleto	2,48	23 a 30	15,70	Crak	0,00
Construção Civil	13,22	10 a 12 sal. Min.	0,00	Analfabeto	1,65	31 a 40	17,36	Nenhuma	40,50
Vigilante	2,48	nenhuma	8,26			41 a 45	13,22	Fez uso	0,00
Outros	18,18					46 a 64	8,26	Cigarro	3,31
Desempregado	9,09	Sem dados	41,33	Sem dados	47,11	65 ou mais	0,83	Sem dados	42,14
Sem Dados	39,67					Sem dados	42,14		

Quadro 5

O perfil do pai demonstra que 9,09% estão desempregados, e a maioria que se encontra na ativa trabalham em funções que não exigem grau de instrução. A remuneração fica entre 1 a 2 salários mínimos. O grau de instrução é baixo, já que somente 6,61% completaram o ensino fundamental e 1,65% o ensino médio. A idade oscila entre 15 e 65 anos, sendo que em sua maioria possuem entre 23 e 45 anos.

Quanto ao uso de drogas, o álcool se destaca com 9,09%, seguido da maconha e do cigarro com 3,31% de usuários. Enfatiza-se que o uso de substâncias químicas pode estar incorreto, pois é difícil o usuário confessar que utiliza e, quando o faz posteriormente ao preenchimento do cadastro sócio-econômico, geralmente o técnico do programa não o acrescenta no cadastro.

Destaca-se a falta de informação referente ao pai, 4,95% dos dossiês não possuíam informações. Este fato pode estar ligado ao próximo item que aponta a maioria dos arranjos familiares como monoparentais.

1.12 Situação familiar: Arranjo de parentesco

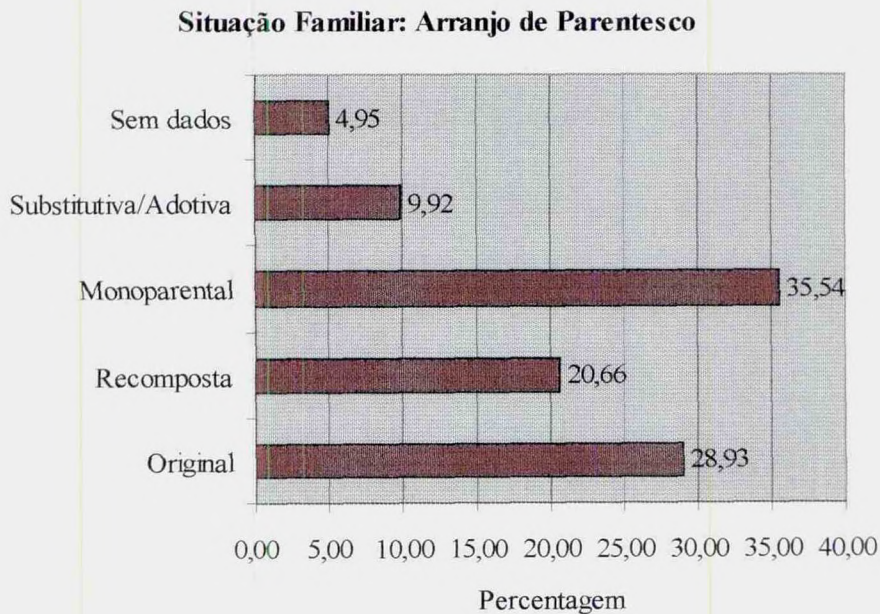


Gráfico 7

No programa, há um número maior de famílias monoparentais, chefiada por mulheres, 35,54%. O segundo tipo de arranjo que se apresenta, no programa, são as famílias originais, ou nuclear burguesa que corresponde a 28,93%. As famílias recompostas aparecem em terceiro lugar, correspondendo a 20,66% do total.

As estatísticas oficiais fazem referência ao acréscimo deste tipo de arranjo, indicando que, no Brasil, dos 50,4 milhões de famílias, 27,3% são chefiadas por mulheres. Conforme informações obtidas pelo IBGE, através dos cartórios do Registro Civil e nas Varas de Famílias, no Brasil, em 2002, em comparação com a última década, houve queda de 4% no número de casamentos legais, e, houve um acréscimo no número de separações e divórcios, em 30,7% de separações e 55,9% de divórcios.

Verificou-se que 9,9% das famílias são consideradas adotivas, ou seja, a criança e/ou adolescente estão sob responsabilidade de um parente próximo (avós, tios, irmãos), neste caso, não há adoção legal. Contrariando as orientações dos profissionais, em alguns casos, a criança ou adolescente estão sob os cuidados de uma pessoa estranha (adoção à brasileira), mas, devido ao tempo de convívio, apresentam forte vínculo afetivo. O profissional repassa a informação ao órgão competente e orienta a legalizar a situação da guarda da criança.

1.13 Origem sócio-ambiental da família

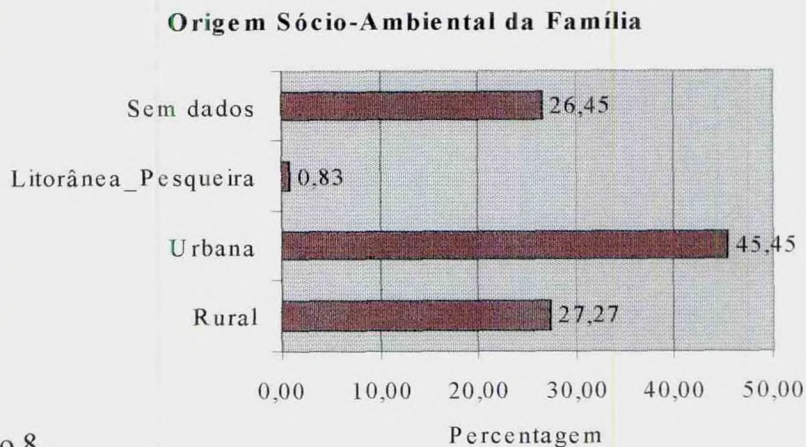


Gráfico 8

O levantamento sócio-econômico, realizado pelo Programa, questiona a origem da criança e não da família e, como uma grande parte das famílias vivem no município há mais de cinco anos, os filhos já são josefenses. Na verdade, este dado representou o local de nascimento das crianças e não a origem familiar. Porém pode-se perceber que um número expressivo são oriundas da zona rural e, em menor proporção, da área pesqueira. Conforme destacamos no corpo do trabalho, capítulo I, item 3, a família, quando muda de uma região com padrões de sociabilização diferente, esta pode sofrer estresses decorrentes da adaptação, necessitando de apoio.

Este levantamento, também, ficou prejudicado pelo grande número de falta de informações.

1.14 Número de cômodos no domicílio

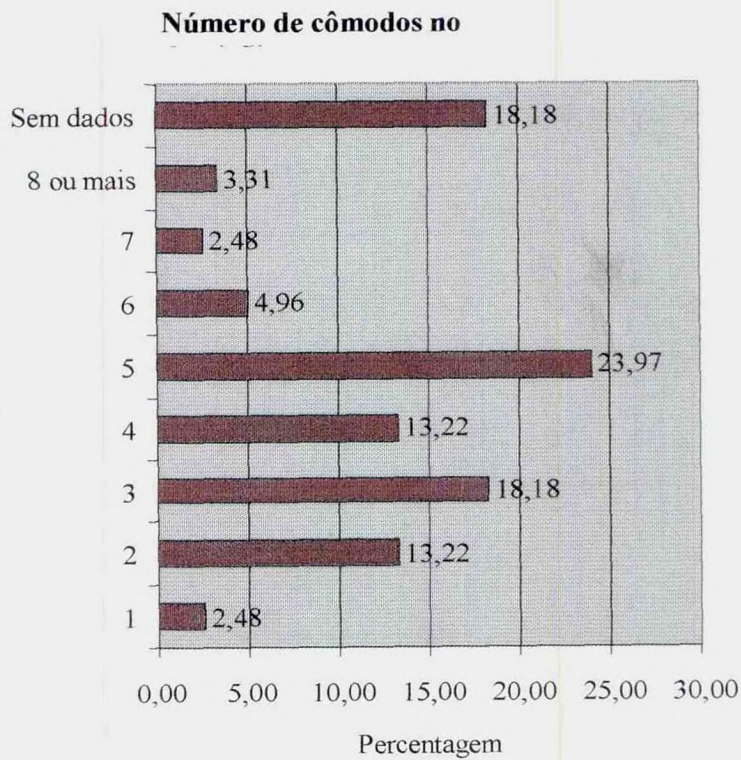


Gráfico 9

Há um grande número de dossiês sem as informações, prejudicando a análise deste dado. O número mais representativo foi o que contém cinco cômodos, 23,97%, e, somando as residências com dois e um cômodo, tem-se 15,7% do montante. Para análise, tem que se levar em consideração a experiência vivenciada nas visitas domiciliares do programa, em que se pode constatar que as residências geralmente são pequenas, mas, como abrigam várias pessoas, ela é dividida em pequenos ambientes.

1.15 Número de pessoas que co-habitam na residência

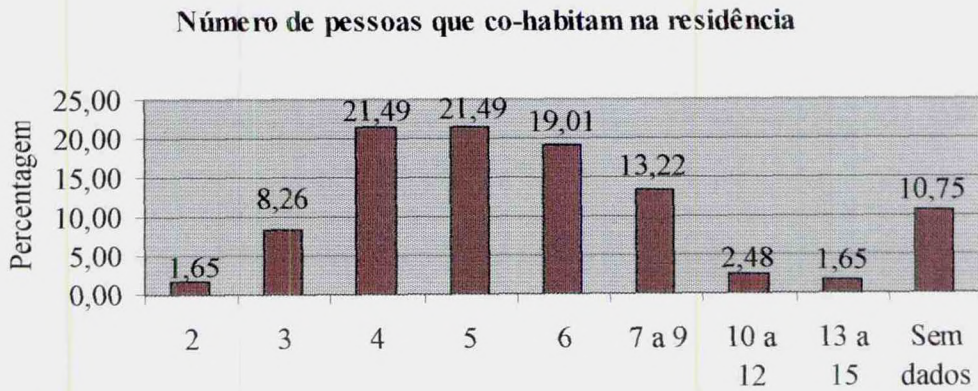


Gráfico 10

Este quadro reforça o que foi relatado anteriormente, já que aponta um número grande de pessoas que co-habitam nas residências, ficando entre os maiores índices 4 a 9 moradores.

1.16 Condições de moradia

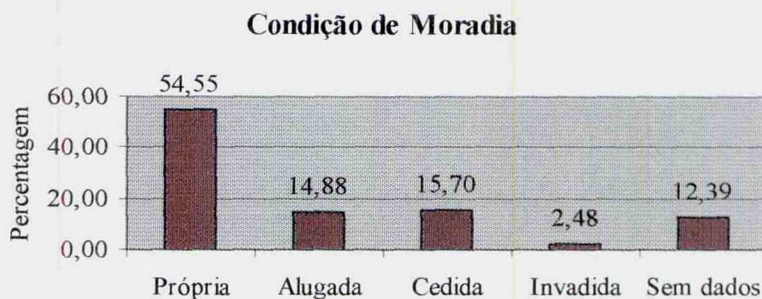


Gráfico 11

Grande parte das famílias vivem em residência própria, porém este dado tem que ser analisado com a viabilidade da moradia, caso contrário, pode-se fazer uma análise irreal. A experiência mostra que parte destas residências ficam em áreas de ocupação de difícil acesso que não oferece nenhum conforto, e condições que indiquem qualidade de vida.

1.17 Estrutura física de residência

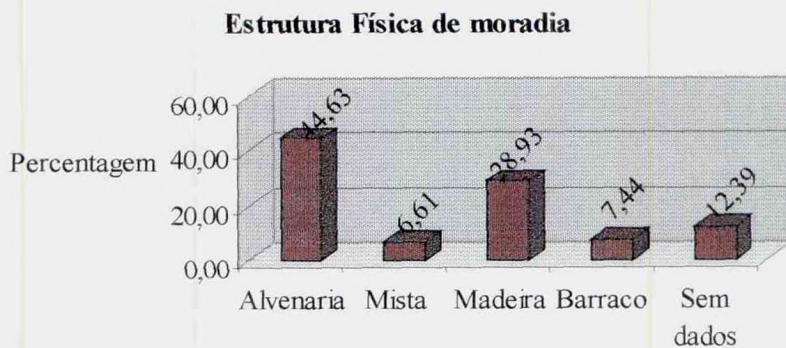


Gráfico 12

A estrutura da casa, apesar de apontar para uma maioria de alvenaria, a experiência vivenciada no programa mostrou que geralmente estas casas não são rebocadas, encontram-se inacabadas e suas construções são rústicas.

A questão da habitação, nos últimos anos, segundo as estatísticas do IBGE, vem aumentando gradativamente a ocupação marginal, sendo que grande parte da população de baixa renda fica à margem do mercado imobiliário legal, não tendo outra alternativa senão buscar formas irregulares de habitação ou ocupação do solo.

Deve-se considerar a falta de espaço para o lazer da família e da própria comunidade, em que as condições de ocupação e habitação, além de serem precárias, não permitem a possibilidade de lazer, fazendo com que as crianças sejam as mais prejudicadas.

1.18 Pessoas que co-habitam na residência

Pessoas que co-habitam na residência							
Pai		Mãe		Irmãos		Primos	
Convívio	Percentual	convívio	Percentual	Número de indivíduos	Percentual	Número de indivíduos	Percentual
Sim	42,98	Sim	83,47	1	33,06	1	4,13
Não	45,45	Não	13,22	2	10,74	2	0,83
Padrasto	7,44	Madrasta	0,83	3	18,18	3	0,00
Sem dados	4,13	Sem dados	2,48	4	9,92	4	1,65
				5	4,96	5	0,00
				6	0,00	6	0,00
				7 a 10	0,83	7	0,00
				Nenhum	15,70	nenhum	84,30
		Sem Dados	6,61	Sem dados	9,09		

Tios		Avós		Cunhados		Abrigados	
Número de indivíduos	Percentual	Número de indivíduos	Percentual	Número de indivíduos	Percentual	Número de indivíduos	Percentual
1	1,65	1	7,44	1	4,13	1	5,79
2	3,31	2	8,26	2	0,00	2	0,00
3	3,31	3	0,00	3	0,00	3	0,83
4	0,00	4	0,00	4	0,00	4	0,83
5	0,00	nenhum	77,69	nenhum	90,08	nenhum	85,12
6	0,00	Sem Dados	6,61	Sem Dados	5,79	Sem dados	9,09
7	0,00						
Nenhum	82,64						
Sem Dados	9,09						

Quadro 6

A composição familiar é referente ao número de pessoas que convivem na residência, tomando como base a criança e/ou o adolescente que são o foco do atendimento.

Somente, em 42,98% das famílias, foi observado a presença do convívio do pai e 7,44% do padrasto. Grande maioria das mães convivem com seus filhos, 83,47%, e 33,06% desta criança e/ou o adolescente possuem mais de um irmão; 18,18% três irmãos; 10,74% dois; 9,92% quatro; 4,96% cinco; 0,83% de 7 a 10 e 15,70% não possuem irmãos.

Referindo-se aos abrigados, percebeu-se que este número é mais expressivo com a figura dos avós, posteriormente tios, pessoas conhecidas e, por último, os primos.

A informação sobre o abrigo de parentes ou conhecidos indica o grau de solidariedade que existe nas classes populares, pois, apesar de todas as dificuldades econômicas, de estrutura física, eles não deixam de abrigar quem necessita de ajuda.

2 Definindo o perfil

Após levantarmos estes dados, concluímos que o programa apresenta, em sua maioria 35,54% famílias que já ultrapassaram o período estipulado pelo programa para o acompanhamento que é de seis meses a um ano.

Os dados da criança e/ou adolescente, que são o foco do atendimento, apresentaram os seguintes resultados: proporção de meninos e meninas ficou muito próxima, mas os meninos são a maioria com 53,72% contra 46,28% de meninas. A faixa de idade mais atendida é de crianças entre 0 a 5 anos com 39,67%, seguida de crianças e adolescentes entre 11 a 15 com 26,45%, as crianças de 6 a 10 anos representam 23,14% dos atendimentos. Somando os indicadores, percebeu-se que a faixa etária entre 16 a 18 anos 9,91% é a menos atendida.

Com referência à escolaridade, 38,84% não estão em idade para frequentar o ensino obrigatório. A maioria 43,80% estão frequentando o ensino fundamental, somente 0,83% estão no ensino médio. Completaram o ensino fundamental 3,31%, e 0,83% o ensino médio. Através do número de crianças que estão frequentando a educação especial, 9,92%, concluiu-se que este é o número de portadores de necessidades especiais atendidos no programa. Quanto a etnia constatou-se que 66,12% são da raça branca e os negros e pardos somam o percentual de: 21,48%. A dependência química, somando o uso de álcool, maconha e cocaína indica 5,79%, de usuários, mas como se observou na análise, fazendo um paralelo com a idade, este percentual pode ser de 15,90%.

A análise do parente de contato apontou que em 76,03% de casos é a mãe esta pessoa, em segundo lugar são os avós 9,92% e, somente em terceiro lugar que aparece o pai 6,61%.

A origem do encaminhamento, como já era o esperado 66,12%, é via Conselho Tutelar e, em segundo com 31,40% o Plantão do Serviço Social da Secretaria do Desenvolvimento

Social. Os encaminhamentos feitos através dos programas da Cidade da Criança correspondem a 1,65%, e, do juizado 0,83%.

Os motivos pelos quais a família foi encaminhada ao programa aponta a dificuldade financeira, em primeiro lugar de encaminhamentos, com 84,30%, seguido de negligência 76,86% e problemas de saúde 59,50%. Estes dados, em sua maioria, estão interligados. Os conflitos intrafamiliares aparece em quarto motivo que leva a família ao programa com 43,80%. A dependência química de um dos membros da família vem em quinto lugar com 23,97% e a solicitação do juizado para acompanhamento apresenta-se em último lugar com 15,70%.

Pode-se dizer que o repasse dos auxílios é um reflexo do motivo do encaminhamento, pois o recurso mais atendido é do alimento (cesta básica) 70,25%, seguido pelo medicamento 53,72%, passe de transporte para o tratamento de saúde 38,84%, leite especial 35,54%, auxílio fralda 28,93% , auxílio para tratamento de saúde 22,31% - todos relacionados a problemas de saúde. A confecção de documentos 15,70%, auxílio moradia 5,79% e passagem inter e intramunicipal 6,61% são conseqüências dos atendimentos, ou seja, aparecem no decorrer do atendimento. O atendimento com benefícios diversos apresentou 46,28%, mas, por englobar vários auxílios, não foi considerado proporcionalmente. O atendimento psicológico é muito requisitado, mas, como o programa tem apenas uma profissional da área, nem sempre é oferecido o atendimento, aparecendo apenas com 11,57% de atendimentos requisitados.

O bairro de moradia que mais apresentou atendimento foi Barreiros, 28,10%, pois ele engloba várias regiões que apresentam bolsões de pobreza como: Solemar, Dona Adélia, Dona Wanda e Bela Vista.

Somando os indicadores, observa-se que 73,56% das famílias sobrevivem com uma renda de 1 a 3 salários mínimos e 10,74% não possuem nenhuma renda. Constatou-se que

49,59% das famílias apresentam uma pessoa trabalhando, seguido de duas pessoas com 26,45% e 9,09% não trabalham. Este dado não pode ser analisado de forma isolada, tem que se ressaltar que a maioria das famílias não possui filhos em idade de trabalho, obrigando um membro da família a ficar em casa, pois os indicadores apontam a faixa etária de 0 a 5 anos, pois o Estado não oferece vagas suficientes nas creches.

Dados da mãe/responsáveis - 30,58% exercem a função do lar, quando trabalham exercem funções que não exigem qualificação profissional como: doméstica, faxineira, catadora de material reciclável, vendedora ambulante. Conseqüentemente, são mal remuneradas, recebendo em sua maioria, um salário mínimo: 42,98%, a maioria 57,85% não completou o ensino fundamental e 9,09% são analfabetas. Somente 9,09% completaram o ensino fundamental e 4,13% o ensino médio. Elas possuem idade, em sua maioria - 51,54% - entre 23 e 40 anos, e 6,61% declararam ter algum tipo de dependência química. A baixa escolaridade, aliada à idade, são indicadores que dificultam a inserção no mercado de trabalho.

Dado do Pai/responsável – uma boa parte trabalha na construção civil 13,22%, como “biscateiro” 9,92%, vendedor ambulante 3,31%, catador de material reciclável 2,48% e vigilante 2,48%, ou seja, exercem funções geralmente temporárias sem nenhum direito trabalhista, destacando que 9,09% estão desempregados. A maior parte recebe de um a dois salários mínimos 47,11%; 40,50% dos pais possuem o ensino fundamental incompleto, apenas 6,61% completaram o ensino fundamental e 1,65% o ensino médio. A maior parte 46,28% tem idade entre 23 a 45 anos e 17,36% se declararam dependentes químicos.

Como no caso das mulheres, a soma destes dados refletem as dificuldades socio-econômicas em que vivem e, se não for oferecido oportunidade de poderem aumentar o grau de escolaridade e terem cursos profissionalizantes, a realidade destas famílias dificilmente será revertida. Nestes casos, o programa de apoio e orientação sócio-familiar pode não só

oferecer os recursos, mas principalmente propiciar o aumento da auto estima destes para que, posteriormente, tenham estímulo para ingressar nos cursos. Eles, geralmente, não se consideram capazes, estão sem esperança no futuro, por isso a importância de trabalhos que possibilite ao cidadão outras perspectivas de vida.

A grande parcela, 35,54%, das famílias possuem arranjos monoparentais, seguido do modelo original 28,93% e recomposta 20,66%. Os dados apontaram que a origem da família é urbana 45,45%. Deve-se considerar que, quando o cadastro socio-econômico é preenchido, a pergunta da origem sócio ambiental é referente à criança e não à família. Como maioria das crianças é nascida no município, este dado não alcançou o objetivo proposto, de identificar o número de imigrantes no município.

Referente à moradia, somando os indicadores, os dados apontaram que 68,51% têm casas que possuem de 5 a 2 cômodas. Convivem nestas residências, em média, de 4 a 6 pessoas, sendo que 54,55% possuem casa própria, 44,63% vivem em casa de alvenaria. Observando os dados, tem-se impressão que estas famílias moram de forma considerada regular, mas deve-se confrontá-las com a condições estruturais da moradia, e a área em que fica localizada. Em visita domiciliar, percebe-se que as casas, em sua maioria, não oferecem nenhum conforto. São casas muito pequenas que são divididas com cortinas ou móveis e ficam em lugares de difícil acesso e sem saneamento básico.

Co-habitam nas residências apenas 42,98% da figura paterna e, em contrapartida, as mães 83,47% vivem com seus filhos, a média de irmãos da criança e/ou adolescentes, em atendimento é de 3,26 %. Em algumas destas famílias co-habitam tios, primos e avós.

A falta de dados nos cadastros sócio-econômico, indica que o profissional não esta valorizando o seu instrumental. Como foi posto no corpo do texto, a falta de funcionários aliada ao número excessivo de atendimentos, pode ser o motivo do não preenchimento do

cadastro. No decorrer dos anos, já foram adotadas diversas versões do levantamento sócio-econômico, todos, em média, demoram mais de 40 minutos para ser preenchido corretamente.

Diante das dificuldades, o tempo para o profissional é precioso, e este pode considerar prioridade realizar os encaminhamento requisitados pelas famílias, deixando para outra oportunidade o preenchimento de dados, que naquele momento não serão utilizados.

Considera-se que o profissional tem que rever suas ações e possibilidades, para não cair no trefismo e não maltratar sua saúde física e mental. Um passo importante é limitar o número de atendimentos, mas para impor este limite é necessário o conhecimento da demanda, para demonstrar as inúmeras necessidades das famílias e as possibilidades de atendimento, por profissional, apontando a necessidade de novas contratações

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho de conclusão de curso buscou permear o tema família de forma a desconstruir os pré-conceitos que estão enraizados no nosso cotidiano.

A busca do modelo ideal leva parte da sociedade a desconsiderar outras formas de arranjo familiar, e pode estimular os profissionais de Serviço Social, a trabalhar na perspectiva de moldurar as famílias, para que elas “funcionem” de acordo com seus padrões.

É primordial para os profissionais que trabalham com família, se despirem de pré-conceitos e ter claro as dificuldades de ordem estrutural que influenciam no cotidiano familiar. Culpabilizar as famílias, por suas dificuldades, pode levá-las a um estresse maior.

Os programas de Orientação e Apoio são instituídos para garantir o direito da criança e do adolescente, mas a abordagem é realizada no intuito de valorizar a família e apoiá-la nos momentos de dificuldades, buscando ser uma alavanca para estimulá-las a atravessar estes momentos de crise. Porém, para o profissional que trabalha nesta perspectiva as dificuldades são múltiplas, permeia o contexto institucional e profissional, por ter que convencer a outros, da importância de conhecer a história familiar e a situação de vulnerabilidade, afim de visualizar os reflexos sofridos.

O trabalho realizado procurou enfatizar que tudo é uma construção histórica e social. Nesta perspectiva, foi realizado o resgate histórico da colonização de São José, para demonstrar que a colonização do município tem traço comum com a do Brasil. Ressalta-se que, os colonizadores europeus, africanos e, os índios que aqui habitavam, deixaram suas marcas na cultura e também nas formas de organização familiar, demonstrando que nunca houve um modelo único de família, pois cada qual tem sua cultura. Destaca-se que, para o município vieram principalmente pessoas de raça branca, influenciando, hoje, na etnia municipal. Todas estas informações são consideradas relevantes para análise da pesquisa

quantitativa, para que os números possam ser analisados no contexto histórico social, interligando as informações.

A partir da década de 60, o município sofreu um aumento significativo de migrantes, oriundos principalmente do meio rural, reflexo do modelo econômico adotado. Estas famílias de baixo poder aquisitivo, acabam morando em áreas clandestinas, em casas que não oferecem nenhum conforto e não possuem saneamento básico. Passam a viver a margem da sociedade, em situação de extrema vulnerabilidade social. Além, destes aspectos há a adaptação cultural, que reflete no relacionamento intra-familiar.

Estas famílias representam uma parcela da demanda atendida nos programas de Assistência Social do Município.

Através do resgate histórico da implantação da Política de Assistência Social no município, se pode perceber que não havia o entendimento desta política como direito.

Esta história deixou resquícios que, até hoje, refletem diretamente na dinâmica do trabalho do Assistente Social.

Neste contexto, que os programas foram implantados e implementados no município. A falta de profissionais e suporte para implantar uma política de atendimento, que vise à emancipação das famílias, fez com que os programas na área da criança/adolescente e família ficassem inchados e os profissionais desestimulados.

Não se pode negar que no município, houve uma melhora significativa, nos últimos anos, da política de atendimento a criança e do adolescente, mas esta se deu graças à luta lenta e continua dos profissionais, na busca da ampliação de direitos.

O Programa Família Cidadã é um raio-x desta política, e o levantamento quantitativo fez emergir de forma clara as dificuldades enfrentadas pelas famílias e, as limitações sofridas

pelo profissional. Pode-se apontar o tempo de permanência das famílias no Programa, como um dos reflexos das dificuldades sofridas, já que este absorveu uma parte da demanda do extinto Projeto Criança SIM, e algumas famílias, até hoje, permanecem em atendimento. Este fato aponta as falhas da política de atendimento no município e, da falta de entendimento dos governantes, em suas várias instâncias, das profundas dificuldades de ordem econômica que refletem no cotidiano familiar. Muitas vezes estas famílias são apontadas como culpadas de sua condição, como se dependesse exclusivamente delas a mudança.

A pesquisa permitiu falar de forma mais concisa que a maior parte das famílias estão inseridas no programa, devido ao baixo poder aquisitivo, tornando-se muitas vezes dependentes de auxílio alimento. Apesar de todas as orientações e a utilização do aparato técnico-operativo do profissional, este não consegue estimular as famílias para mudar sua história, pois o contexto social, as limitações institucionais e, as dificuldades trazidas pelo usuário, como a baixa escolaridade, são mais fortes. Um fator que angustia o profissional é a reprodução social, pois hoje se atende no programa os filhos das famílias inseridas no Projeto Criança SIM. Estes adolescentes, geralmente trazem as mesmas dificuldades, de seus pais, como: baixa escolaridade, falta de emprego, gravidez precoce e falta de perspectiva de futuro.

Com objetivo de romper com a reprodução social é necessário que se faça projetos que visem à emancipação das famílias. Os programas devem se embasar em dados para entender as necessidades individuais, familiares e sociais das famílias e, poder assim, dar novos direcionamentos no atendimento.

Não se teve a ingenuidade de pensar que, apenas com o perfil sócio-econômico as dificuldades serão sanadas, pois como se observou no decorrer do trabalho, estas fazem parte das inúmeras dificuldades decorrentes do sistema econômico adotado, mas acreditasse que de posse dos dados o profissional estará instrumentalizado diante de seus superiores, para propor uma política de atendimento que vá de encontro as reais necessidades das famílias atendidas.

O profissional poderá realizar projetos em parceria com outras secretarias, já que tem um diagnóstico que aponta as falhas deixadas na saúde, educação e habitação. O trabalho em rede pode surtir efeitos, que minimize as dificuldades. Uma proposta que poderá servir de apoio às famílias é o trabalho de grupo, utilizando como instrumental técnico palestra que abordem temas diversos. Esta ação sócio-educativa é um momento que pode servir ao profissional para abordar temas difíceis de serem trabalhados individualmente e, de estimular as famílias a se unirem diante de suas dificuldades, para que elas busquem seus direitos e exerçam a cidadania.

REFERÊNCIAS

ALAYÓN, Norberto. **Assistência e Assistencialismo**. São Paulo: Cortez, 1995.

ARIÉS, Philippe. **A História Social da Criança e da Família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

BITTENCOURT, Isabel L. F. A Assistência Social e Direito de Cidadania: Análise Crítica da Prática na Prefeitura de São José. **Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Santa Catarina**, 1992.

BUFFON, Rafaela. As possibilidades de emancipação das famílias inseridas no Programa de Orientação e Apoio **Sócio-Familiar “Família Cidadã”**. **Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Santa Catarina**, 2002.

BRASIL. ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei 8.069 de 13 de julho de 1990.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do**. Texto Constitucional de 05 de outubro de 1988.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Ocupação Marginal; estatística/população/condição de vida/indicadores sociais. Disponível em <www.ibge.gov.br> acessado em 20/05/04.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Artigos. Disponível em <www.smat.org.br/dieese/principal.htm#subseção%20diesse%20censo%202000> acessado em 16/05/04.

BRASIL. LOAS – **Lei Orgânica da Assistência Social**. Lei nº 8742 de 07 de dezembro de 1993.

CANEVACCI, M. (org.). **Dialética da Família**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

Conselho Regional de Serviço Social 12ª Região (SC). **Coletânea de Leis**. 2.ed. Santa Catarina: CRESS, 2001.

CORRÊA, M. Repensando a família patriarcal brasileira. In: ARANTES, A. A. **Colcha de Retalhos**. 3.ed. São Paulo: UNICAMP, 1994. p. 15-37.

CARTER, Beth e MECGOLDRICK, Mônica. **As mudanças do ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar**. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. A priorização da família na agenda da Política Social. In: Kaloustian, S.M (org). **Família brasileira a base de tudo**. 4. ed. São Paulo: Cortez. Brasília: INICEF,2000. p 93-108.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem Médica e Norma Familiar**. 3. ed. Rio de Janeiro: Edição Graal, 1999.

DICIONÁRIO AURÉLIO. Século XXI. CD-ROM, 2000.

DONZELOLOT, J. **A Política das Famílias**. 2.ed. Rio de Janeiro: Edição Graal, 1986. p.1-58

FARIAS, Vilson Francisco de. **São José 250 anos: natureza, história e cultura: para o ensino fundamental**. São José: Autor, 1999.

FREIRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**. 17.ed. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1975.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1994.

MINUCHIN, Patrícia; COLAPINTO, Jorge. Salvador. **Trabalhando com famílias pobres**. Tradução de Magda França Lopes. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

MELLO, S. L. Família: perspectiva teórica e observação factual. In: CARVALHO, M.C.B. (org.) **A família contemporânea em debate**. São Paulo: EDUC/Cortez,2000. p.50-71.

MIOTO, Regina Célia T. **Novas propostas e velhos princípios: subsídios para a discussão da assistência às famílias no contexto de programas de orientação e apoio sócio-familiar**. Ed. Mimeo, 2001.

_____. Família e Serviço Social: Contribuições para o debate. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n° 55, Cortez, 1997.

_____. Família e Saúde Mental: contribuição para reflexão sobre processos familiares. **Revista Katálysis**, Florianópolis, nº 2, 1998.

_____. Cuidados sociais dirigidos à família e segmentos sociais vulneráveis. In: **Capacitação em serviço social e política social**, módulo 4: O trabalho do assistente social e as políticas sociais. Brasília: UNB, 2000.

NEDER, Gizlene. **Ajustando o foco das lentes**: um novo olhar sobre a organização das famílias no Brasil. In: KALOUSTIAN, S. M. (org.). Família brasileira, a base de tudo. Brasília: Cortez. UNICEF, 1994. p.26-46.

PRADO, Danda. **O que é família**. São Paulo: Abril Cultural, brasiliense, 1985.

PREFEITURA, Municipal de São José. **Programa do Centro Integrado de Atendimento à Criança ao Adolescente e a Família**. Secretaria do Desenvolvimento Social, 2003.

REIS, J. R. T. Família Emoção e Ideologia. In: LANES, S. e CODO, W (orgs). **Psicologia Social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 2001. (p.99-124).

RIZZINI, Irma; CASTRO, Mônica Rebelo; SARTOR, Carla Daniel. **Pesquisa: Guia de metodologias de pesquisa para programas sociais**. Rio de Janeiro: USU. Ed. Universitária, 1999.

ROMANELLI, Geraldo. Autoridade e poder na família. In: CARVALHO, M.C.B. (org.) **A família contemporânea em debate**. São Paulo: EDUC/Cortez, 2000. p.73-96.

SARMENTO, Helder Boska de Moraes. Serviço Social, das tradicionais formas de regulação sóciopolítica ao redimensionamento de suas funções sociais. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Módulo 04. Brasília: NED/Cead. Universidade de Brasília, 2000.

SOUZA, Marcelo Medeiros Coelho. **A importância de se conhecer melhor as famílias para a formulação de políticas sociais na América Latina**. Texto para discussão nº 699. IPEA. Rio de Janeiro, 2000.

SZYMANSKI, Heloíza. Viver em família como experiência de cuidado mútuo: desafios em um mundo de mudança. **Serviço Social & Sociedade** [nº71], São Paulo: Cortez, 2002. p.9-25.